



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais – FADIR

Isabela Soster da Pont

**Contestação estrutural e conjuntural na convulsão social chilena de 2019:
classes médias em oposição ao neoliberalismo e à austeridade fiscal**

Dourados - MS

Junho de 2022

Isabela Soster da Pont

**Contestação estrutural e conjuntural na convulsão social chilena de 2019:
classes médias em oposição ao neoliberalismo e à austeridade fiscal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Hermes Moreira Júnior

**Dourados - MS
Junho de 2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P811c Pont, Isabela Soster Da
CONTESTAÇÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL NA CONVULSÃO SOCIAL
CHILENA DE 2019: CLASSES MÉDIAS EM OPOSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO E A
AUSTERIDADE FISCAL [recurso eletrônico] / Isabela Soster Da Pont. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Júnior.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Chile. 2. Neoliberalismo. 3. Estallido Social. 4. Austeridade Fiscal. 5. Boom das
commodities. I. Moreira Júnior, Hermes . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 20 de junho de 2022, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Isabela Soster da Pont** tendo como título “**Contestação estrutural e conjuntural na convulsão social chilena de 2019: classes médias em oposição ao neoliberalismo e à austeridade fiscal**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Hermes Moreira Junior** (orientador), **Dr. Caio Martins Bugiato** (examinador) e **Me. Mariana Collette Piai Ersina** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO** .

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
 HERMES MOREIRA JUNIOR
Data: 20/06/2022 13:19:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Hermes Moreira Junior

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 CAIO MARTINS BUGIATO
Data: 21/06/2022 22:58:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Caio Martins Bugiato

Examinador

Documento assinado digitalmente
 Mariana Collette Piai Ersina
Data: 20/06/2022 14:23:43-0300
CPF: 317.799.108-19
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Me. Mariana Collette Piai Ersina

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço imensamente à minha família, por todo apoio durante a minha trajetória, e por me ajudarem dando condições para realizar a minha graduação. Sou grata pela força e encorajamento de meus pais, Silvano e Solange, minha irmã, Sofia e minha avó Ivonete, que me inspira a ser uma pessoa melhor.

Às minhas amigas da faculdade, agradeço a Beatriz, Isabele e Maria Tereza, por compartilhar comigo experiências que seriam difíceis sem vocês ao meu lado. Grata pelos risos, acolhimento e parceria.

Às minhas amigas de apartamento, agradeço a Mirelli e Sarah, pela paciência e por fazer o meu dia a dia divertido e leve. Sou grata por todas as distrações que me mantiveram sã em meio a momentos difíceis.

Gostaria de agradecer meu orientador, Hermes Moreira Júnior, pela confiança e por gentilmente me conduzir por este trabalho.

À todos que não foram citados, que de alguma forma fizeram parte dessa jornada, agradeço de coração.

“E vos digo que tenho certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos não poderá ser negada definitivamente. Eles detém a força, poderão nos avassalar; mas não se pode deter os processos sociais. Nem com o crime, nem com a força. A história é nossa, e os povos a fazem.”

(Salvador Allende)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é uma análise da soma do modelo neoliberal a estrutura capitalista e da conjuntura socioeconômica chilena que culmina no *Estallido Social*. Em particular, tem como objetivo principal compreender a combinação de quais fatores levaram a população do país latino-americano transformar o acúmulo dos mal-estares em massivas mobilizações. Dessa maneira, o método utilizado para a exposição do tema foi a pesquisa bibliográfica, combinando fontes para revisão teórica responsáveis pela base argumentativa da hipótese seguida. A partir disso, por meio da sintetização de conceitos acerca das classes médias, sabendo do isolamento dessas classes para com as lutas coletivas devido à consciência meritocrática, investigamos a vinculação destas aos protestos radicais. A intenção do trabalho foi seguir a hipótese de que o modelo neoliberal somado a uma conjuntura de austeridade fiscal, imposta após o fim do *boom* das *commodities*, conduziu o desgaste coletivo à uma rebelião contestatória. Essa revolta, classificada como anti-austera, foi disposta por movimentos sociais que manifestam novas formas de organizações, sendo estas transversais, dinâmicas e coletivas, capazes de aglutinar demandas das classes médias coordenando-as na luta coletiva.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Austeridade fiscal. *Estallido Social*. Classes médias.

ABSTRACT

This final paper is an analysis of the sum of the Chilean socioeconomic structure and conjuncture that culminates in the *Estallido Social*. In particular, its main objective is to understand the combination of which factors led the population of the Latin American country to transform the accumulation of unease into massive mobilizations. In this way, the method used to expose the theme was bibliographic research, combining sources for theoretical review responsible for the argumentative basis of the hypothesis followed. From this, through the synthesis of concepts about the middle classes, knowing the isolation of these classes from collective struggles due to meritocratic consciousness, we investigated their link to radical protests. The intention of the work was to follow the hypothesis that the neoliberal model added to a conjuncture of fiscal austerity, imposed after the end of the commodities boom, led to collective attrition to a contestatory rebellion. This revolt, classified as anti-austere, was organized by social movements that manifest new forms of organizations, which are transversal, dynamic and collective, able to agglutinate demands of the middle classes, coordinating them in the collective struggle.

Keywords: Neoliberalism. Fiscal austerity. *Estallido Social*. Middle classes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtos primários exportados entre 2000 e 2016	20
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1. Conjuntura econômica	12
1.1 A implementação do modelo da Escola de Chicago no Chile de Pinochet	13
1.2 Exportação de <i>Commodities</i>	17
1.3 - A crise financeira nos Estados Unidos, o “Novo Normal” na China e a desvalorização das <i>Commodities</i>	20
Capítulo 2. As classes sociais na teoria política e na organização chilena	25
2.1 Conceito de classes médias e os movimentos sindicais, estudantis e sociais	27
2.2 O ajuste fiscal e o impacto para as classes médias	31
2.3 A organização das classes médias chilenas	34
Capítulo 3. O mal estar transborda pelos olhos do povo chileno	37
3.1 “ <i>No volveremos a la normalidad, porque la normalidad es el problema</i> ”	37
3.2 Perfil dos grupos e suas principais lideranças	39
3.3 Desdobramentos e resultados das manifestações.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
Referências Bibliográficas.....	51

INTRODUÇÃO

O primeiro país da América do Sul a se tornar membro da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, devido a notável organização de uma sociedade de livre mercado, o Chile, protagonizou em 2019 a maior mobilização social de sua história. A população questiona justamente o que os inseriu no ‘clube dos países ricos’, o modelo neoliberal. Segundo a Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 10% dos mais ricos no Chile concentram 66,5% da riqueza do país, a nação andina lida com as insuficientes políticas de redistribuição de renda. Ademais, a deficiência estatal em estabelecer políticas de redistribuição também se mostra ligada aos entraves do modelo de mercado que impossibilitam reformas no sistema fiscal.

À vista disso, os protestos que paralisaram o país, envolvendo os mais diversos grupos sociais e suas demandas, sinalizavam que aquela sociedade havia atingido o ponto de inflexão a respeito de seu funcionamento. O Chile, desde sua redemocratização, é governado por partidos tradicionais que se alternam entre centro-esquerda e centro-direita, as promessas de transformação desde o fim da Ditadura Militar eram preteridas por concessões que agradassem a oposição. As reformas nunca possibilitaram mudanças estruturais, exemplo disso são as tentativas de reforma fiscal que Michelle Bachelet investiu em seu governo, portanto, a insatisfação do povo chileno com a precariedade de vida, o endividamento e a instabilidade, fez com que propostas de novas concessões fossem rejeitadas. O presidente e empresário, Sebastián Piñera, que governava o país em meio ao *Estallido Social*¹, para controlar a crise, propôs o Acordo pela Paz e pela Nova Constituição, culminando na Convenção Constituinte.

Contudo, os meses seguintes à convocação do plebiscito e votações são embalados por novas crises, como a crise sanitária mundial da Covid-19. A conjuntura do país, que atualmente tem a Convenção Constituinte em progresso, atravessou eleições tanto regionais como presidenciais, estas foram marcadas pela polarização com o candidato de extrema-direita, José Antonio Kast, e o candidato eleito, Gabriel Boric, que surge das organizações estudantis. Por fim, entende-se que o cenário, após a revolta antineoliberal, é formado por incertezas quanto às mudanças neste país que questiona as promessas da redemocratização há mais de 30 anos.

¹ Onda de manifestações no Chile que compreende o período de 2019 à 2020, uma demonstração do cansaço da população com a precariedade de vida imposta pelo modelo neoliberal

Com isso, o primeiro capítulo busca investigar as raízes do modelo neoliberal no Chile, através do golpe militar de 1973 e a instauração da Ditadura Militar de Pinochet, analisa a ascensão do grupo de economistas, os *Chicago Boys*², responsáveis pela primeira experiência de instalação de uma economia neoliberal e o modo com que esse modelo foi implantado. A partir disso, avalia a condição dependente da economia chilena com a exportação de *commodities*, em destaque o cobre, e o desempenho no período do *boom* das *commodities*, para relacionar as medidas de austeridades, que surgiram em decorrência da crise mais ampla do capitalismo, e o fim do superciclo. O capítulo 2 encontra-se dedicado a uma explanação teórica, neste são debatidos os conceitos de classes sociais, movimentos sociais e sindicais, e classes médias, apoiados em definições de Armando Boito Jr. e Nicos Poulantzas. Além disso, há a exploração dos impactos de ajustes fiscais sobre as classes médias e a organização dessas na sociedade chilena. E, finalmente, no capítulo 3 são examinadas as condições do *Estallido Social*, a anatomia dos grupos sociais e suas demandas, a cooperação das classes médias com as mobilizações, e, as decorrências dessa contestação popular.

² Grupo de economistas chilenos, formados na Universidade de Chicago, responsáveis pela formulação econômica implementada no Chile a partir da Ditadura Militar.

Capítulo 1. Conjuntura econômica

Para compreender a convulsão da sociedade chilena nos protestos de 2019 - 2020 é preciso ter como análise a estrutura e a conjuntura que esta estava inserida, sendo assim, é válido retomar a construção da estrutura capitalista neoliberal. Assegurada pela Constituição herdada da ditadura militar de Pinochet e enraizada na sociedade para além da lógica de mercado como também do Estado ao íntimo da subjetividade, o modelo neoliberal produz certos tipos de relações sociais e maneiras de viver, ou seja, neoliberalismo é como uma forma de existência que define comportamentos e relações (DARDOT & LAVAL, 2016).

Através da definição de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (p.15). Ou seja, para além de um programa econômico o neoliberalismo é uma doutrina política, que surge da luta de uma classe burguesa para defender seus interesses de acumulação no sistema capitalista. É caracterizado pela abertura comercial, estrangulamento dos direitos sociais e desregulamentação do mercado de trabalho, o Estado inserido nesse programa tem o papel de garantir a sobrevivência dessas políticas, sendo o uso legítimo da força empregado a fim de zelar pelo direito de propriedade individual e o funcionamento dos mercados (HARVEY, 2005).

Portanto, o Estado delibera as funções sociais nesse programa à lógica do mercado, seguido do corte de gastos públicos, as privatizações de empresas que antes eram estatais, reformas, abandono de programas visando políticas sociais, entre outras. Estas medidas compõem o que Armando Boito Jr. (2002) chama de pilares da política neoliberal, dividindo-as em três círculos, Boito as classifica: o primeiro círculo representa as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e o corte de direitos sociais, o segundo é composto pelas privatizações, e, o terceiro, pela abertura comercial e financeira. Ou seja, essas medidas organizadas dessa maneira possibilitam a concepção a respeito desse programa econômico que busca atender as elites empresariais. Essa condição orienta a sociedade ao desamparo, isso porque a neoliberalização produz o que Harvey chama de “sistema de responsabilidade pessoal”, ou seja, as políticas sociais quando transferidas para o capital privado tornam-se mercadorias e de acordo com os valores neoliberais, como a meritocracia, são ofertadas a quem pode pagar (HARVEY, 2005).

Historicamente, o neoliberalismo surge de lutas de classes burguesas que buscavam alternativas às experiências keynesianas³ no norte global e a desenvolvimentista no sul que impediam a maior acumulação do capital por parte das elites, principalmente donos de empresas, os quais com os avanços em programas de redistribuição de riquezas e direitos trabalhistas de organização sofriam esse impedimento. Sendo assim, em interesse das elites corporativas em dizimar o keynesianismo, surge o projeto neoliberal com o objetivo de conduzir a restauração do poder de classe. Através disso, a virada neoliberal imposta na sociedade chilena como experimento mundial de uma nova política econômica, surge de maneira dissimulada e planejada. Portanto, buscando atender aos interesses dominantes, foram consideradas maneiras de conter essas políticas, assim surgiu uma espécie de aliança entre corporações e a Escola de Chicago, sendo esta responsável por alinhar o modelo ideológico de mercado que ia de acordo com os interesses da elite empresarial (KLEIN, 2007).

Sabe-se que Milton Friedman, professor de Economia da Escola de Chicago⁴ e autor do livro “Capitalismo e Liberdade”, foi figura central no desenvolvimento de uma linha de pensamento acerca do programa econômico que seria implantada no Chile. A Universidade de Chicago possuía vínculos internacionais com outras universidades, e através dessa relação foi possível expandir a formação de uma nova geração de economistas atrelados ao *laissez faire*⁵, os quais tiveram como grande mentor Friedman. Sendo assim, por meio deste vínculo, que tinha como objetivo conter a disseminação do modelo desenvolvimentista na América Latina, um grupo de estudantes de economia do Chile tiveram como destino a cidade de Chicago, surgem assim os economistas que seriam reconhecidos posteriormente como Chicago Boys.

1.1 A implementação do modelo da Escola de Chicago no Chile de Pinochet

Para entender a inserção dos Chicago Boys na política econômica chilena se faz necessário analisar a ascensão de Salvador Allende, presidente socialista que sofreu um golpe militar em 11 de setembro de 1973. Allende fora eleito com promessas de reforma agrária e nacionalização de setores chave da economia chilena, como o cobre, por exemplo. Ademais, o cenário no sistema internacional estava definido pela Guerra Fria, um sistema bipolar que

³ Doutrina econômica elaborada por John Keynes, pensada em momentos de crises econômicas, que incentivava a ação do Estado na economia para fomento da demanda e consequentemente geração de empregos.

⁴ Escola de pensamento econômico, surge na Universidade de Chicago, atrelada ao liberalismo econômico e à teoria neoclássica.

⁵ Termo francês, empregado pelo liberalismo econômico, que representa o melhor funcionamento do mercado pela desregulamentação, ou seja, o livre mercado. Tradução literal: “deixe fazer”.

condenou o governo de Allende devido a influência imperialista norte-americana, os Estados Unidos projetavam a política de intolerância ao socialismo. O governo Allende lidava nesse contexto com o boicote de grandes indústrias, estas que através de greves gerais buscavam a desestabilização da economia do governo popular. É importante analisar o poder popular diante disso, a organização das classes operárias através da mobilização e luta em torno de pautas reivindicatórias caracterizou uma importante ação para driblar efeitos das greves. O operariado se organizava através dos Cordões Industriais, que consistia em canais reivindicatórios que abarcavam trabalhadores de fábricas, moradores de bairros populares e acampamentos, em uma comum coordenação pela melhoria laborial e possibilidade de denunciar os patrões das empresas em questão. Em meio as greves de produção, a coordenação do poder popular converge em torno das ocupações das fábricas e exigências feitas ao governo de Allende para interferir nas indústrias, ou seja, buscavam a estatização desses setores que não cumpriam com os direitos trabalhistas e conspiravam contra o governo da Unidade Popular⁶.

Com isto, essas empresas que proviam do capital estrangeiro e conspiravam contra a Unidade Popular se mantiveram em alerta a uma possibilidade de tomada das indústrias pelos operários, fomentando medidas de boicote ao governo de Allende. A participação dos Estados Unidos nessas medidas até o golpe militar é indiscutível, com bloqueios econômicos o país articulou um cenário de dificuldade para se governar, nas palavras do presidente Nixon “fazer a economia gritar”, ordem localizada em documentos desclassificados pela NSA, *National Security Archive*⁷, em uma reunião logo após a vitória de Allende. Além disso, Kissinger no cargo de Secretário de Estado dos Estados Unidos buscou “estreitar relações” com líderes militares de países vizinhos para pressionar Allende, resultando no golpe militar posteriormente (HITCHENS, 2001).

Conseqüentemente, somado ao projeto de reestruturação de acumulação de capital pelas elites, a neoliberalização da sociedade chilena é instaurada brutalmente através da ditadura militar. O general Pinochet e sua equipe não tinham definido inicialmente um projeto econômico, mas tinham como objetivo reestruturar a política macroeconômica devido à hiperinflação. Através da mídia nacional, alguns economistas formados em Chicago começam a ganhar destaque devido a elaboração de um programa de reconstrução econômica com moldes

⁶ Coalizão partidária chilena de esquerda, atrelada ao socialismo e liderada por Salvador Allende, presidente eleito em 1970.

⁷ Instituição responsável pela publicação de documentos desclassificados da política externa do governo norte-americano.

neoliberais, o chamado “*El Ladrillo*”⁸. Pinochet teve oportunidade de analisar o projeto desenvolvido pelos Chicago Boys, o qual reforça as privatizações, desregulamentação e estrangulamento dos gastos sociais.

Com o apoio da mídia local, destaque para o jornal *El Mercurio*⁹, e fomento de instituições internacionais, os Chicago Boys se tornaram o braço econômico de Pinochet e conduziram o país em meio a primeira experiência neoliberal. Inicialmente, Pinochet procura aderir ao projeto de forma gradual, entretanto, a inflação no ano seguinte ao golpe cresce e a resposta dos Chicago Boys a isto corresponde a ausência de medidas radicais em relação às privatizações e demais ações pautadas no projeto dos economistas. Com a visita de Milton Friedman em 1975 ao país, o uso da chamada terapia de choque na economia fora fomentado, Friedman convence o general a cortar ainda mais os gastos da máquina pública de forma imediata evidenciando a terapia de choque e assim ele o fez (KLEIN, 2007).

Conseqüentemente, com mudanças no setor econômico, o general Pinochet e Sérgio de Castro, que comandou o ministério das finanças, delegaram cargos aos Chicago Boys influentes no destino da economia chilena. O choque fiscal, as privatizações e o desmonte de políticas sociais somados à ditadura sangrenta foram o campo das políticas neoliberais implementadas por esses economistas que alegavam corrigir vícios do Estado, ao mesmo tempo que sacrificavam os direitos sociais (VALDÉS, 1995). O choque fiscal e as privatizações levaram o país a uma onda de desemprego, sabe-se que esta política brutal foi construída através do consentimento da elite dos negócios chilena e com a repressão da capacidade de organização popular.

Sendo assim, algumas das ações impostas pela equipe econômica inspiradas em Friedman atingiram até os serviços essenciais:

"O sistema de escolas públicas foi substituído pelos créditos estudantis do governo e pelas escolas licenciadas; a saúde virou um “quem-dá-mais”; jardins de infância e cemitérios foram privatizados. A mais radical de todas foi a privatização do sistema de seguridade social do Chile.” (KLEIN, 2007, p. 114).

Ademais, essas reformas e privatizações que são vistas pelo viés neoliberal como revolucionárias organizam a sociedade chilena até os últimos tempos, nisso há o entendimento de que o neoliberalismo foi enraizado no país. No mais, vale ressaltar que o governo militar

⁸ Documento elaborado pelos Chicago Boys que organizou as políticas econômicas chilenas durante a Ditadura Militar de Pinochet.

⁹ Jornal periódico chileno que tivera grande influência no regime militar.

chileno optou por não privatizar setores que possuíam as maiores participações na economia, sendo estes a CODELCO, Corporação Nacional do Cobre do Chile, e a ENAP, Empresa Nacional do Petróleo. Allende teve como meta de governo a nacionalização da CODELCO a qual teve êxito. Sabe-se da importância do setor mineral para a economia chilena que não possui uma matriz diversificada de exportação, com isso, a *commodity* mineral, em destaque o cobre, acaba sendo nos anos de 1970 cerca de 75% das exportações chilenas (MELLER, 2003). Portanto, fica claro que o governo militar optou por manter a posse dessas empresas estatais como medida de segurança, no entanto, o subcapítulo 1.2 abordará este tópico mais detalhadamente.

Subsequente a isso, a taxa de câmbio surge como ferramenta de controle inflacionário, essa ação para conter a inflação teve resultado, somada à entrada de capitais estrangeiros que notaram um campo fértil devido à alta da taxa de juros reais, levando ao aumento de salários reais e produção. O recorte do período de 1976 a 1982, que considera apenas o ajuste da política macroeconômica, é conhecido como o mito do “milagre econômico” chileno, visto que ignora o período anterior da gestão militar e a questão microeconômica (RESENDE, 2020). Conseqüentemente, a movimentação de contenção da inflação, pela via de valorização cambial, começa a produzir efeitos negativos devido ao volume de entrada de capital estrangeiro e, com isto, endividamento.

Entretanto, tal período de crise em relação à dívida externa não era exclusivamente do Chile, a América Latina teve a década de 1980 conhecida como a “década perdida”, devido à crise de endividamento externo. Com isso, o câmbio fixo passou a ser insustentável em 1982 no Chile, o que levou o setor bancário à crise quando esteve disposto a lógica neoliberal, e passou por reformas que condicionaram a vulnerabilidade do cenário externo (FUGULIN, 2006). Esta crise levou a saída de Sérgio de Castro do ministério da fazenda, este que fora o mais influente dos Chicago Boys do período, e o abandono da política de câmbio fixo condicionando a desvalorização do peso, tais medidas para conter a crise bancária e do endividamento externo evidenciam o papel do Estado na economia neoliberal que resgata a elite em seus momentos de dificuldade de acumulação. Além disso, o Estado recorreu ao empréstimo do FMI, Fundo Monetário Internacional, que o concedeu com requisitos de adoção de medidas austeras, por vezes o FMI se mostrou descontente com a atuação chilena devido à quebra de algumas cláusulas que orientavam o país a austeridade.

Com isso, é possível observar que já nos últimos anos da ditadura militar a equipe econômica teve que adotar políticas para o gerenciamento de crise que entravam em conflito com seu projeto econômico representado pelo “*El Ladrillo*”. No entanto, a crise da dívida externa atingiu setores como a agricultura e a indústria, Ffrench Davis descreve que tal crise fora um ponto de inversão no consentimento “Se generalizou o descontentamento político, e proliferaram as manifestações de oposição a uma ditadura que havia sido dura, inclusive entre aqueles que haviam apoiado as reformas” (FFRENCH DAVIS, 2002, p. 598, tradução nossa). Esta questão marca o ponto de inflexão do governo de Pinochet, que acaba sucumbindo a pressão empresarial e adota uma postura mais pragmática em relação ao projeto econômico ainda na tentativa de equilibrar as dívidas, como “[...] se resgata o sistema financeiro por meio de recursos públicos, intervindo nos mercados agrários com o uso de bandas de preço e desenvolvimento de ferramentas de fomento por parte do Estado.” (RÍOS-NUÑEZ, 2013, p. 521, tradução nossa). Essa adoção neoliberal de caráter pragmático marca o fim da ditadura militar de Pinochet, porém, perdura pela redemocratização chilena, sendo utilizado ainda nos governos de *Concertación*.¹⁰

1.2 Exportação de *Commodities*

Através da teoria da dependência, é possível analisar a estrutura dos países latino-americanos que possuem uma economia baseada em *commodities*, esta abordagem desenvolvida por teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, propõe que os países da América Latina estão condenados ao subdesenvolvimento a partir do momento que operem através das vantagens comparativas e possuam uma política agroexportadora. Sendo assim, esses países capitalistas dependentes acabam subordinados aos países centrais em uma lógica de exploração, onde exportam bens primários e os países do centro exportam produtos de base industrial com maior peso capital.

Ademais, essa lógica considera que os países colonizados foram induzidos a essa tarefa de exportador primário. Inserido nessa zona periférica, o Chile possui uma economia de exportação baseada em *commodities* altamente concentrada no setor de minérios, sendo o cobre o material mais abundante no Chile. O país possui a maior reserva mundial do recurso e, portanto, acaba sendo estratégico para a economia. Historicamente, o país andino depende economicamente da exploração de recursos naturais, considerando a partir de 1900 o ciclo do

¹⁰ Aliança de partidos que apoiavam o fim da Ditadura Militar Chilena, e que após a redemocratização governou o país por vinte anos.

salitre como a *commodity* a qual o Estado baseava sua economia. O Chile adotou após a Grande Depressão a política de substituição de importações, assim como as nações vizinhas, sendo essa um incentivo para o desenvolvimento da indústria interna. Cabe pensar que esse processo não impediu o país a se desprender da lógica da dependência “Ao internalizar a produção de bens de consumo leves, precisaria importar bens de capital, o que demandava um volume muito maior de divisas.” (TAVARES, 2010, p. 2). No entanto, a extração do salitre natural fora desencorajada a partir do desenvolvimento do salitre sintético, o que induz o país a uma crise econômica somada à crise da Grande Depressão.

O ciclo que sucede o do salitre é o do cobre, setor ao qual o Estado chileno arrecadava divisas através da tributação, nesse período havia a forte inserção de companhias privadas norte-americanas no setor de exploração do recurso chileno, estas que fixaram o preço do cobre pela metade do valor instituído pelas companhias chilenas, visto que os Estados Unidos eram os maiores compradores do cobre chileno. Com isso, se torna inevitável a ideia de uma nacionalização das empresas mineradoras, para que as divisas adquiridas por meio desse setor sejam mais expressivas e o preço do cobre não sofra tanta influência de corporações norte-americanas, assim surge a figura de Salvador Allende com a visão de nacionalização.

Portanto, em 1971 Allende nacionaliza o cobre com promessa de, através dos excedentes da produção, diversificar a base produtiva do país para se desvincular da dependência do recurso primário, e para o fomento de medidas que promovessem o bem estar da população chilena (CAPUTO & GALARCE, 2008). No entanto, conseguinte a essas conquistas houve a escalada inflacionária que possibilitaria o golpe de Estado pelos militares, a respeito da gestão dos militares a mineração chilena se desdobra em alguns cenários. Esta aplicada ao modelo neoliberal instituído no Chile, uma economia de abertura comercial e desregulamentação externa, ordenou a orientação exportadora como parte fundamental da economia chilena (MUSSA & CARVALHO, 2007).

Em suma, a CODELCO foi uma das poucas empresas estatais a não ser privatizada pelo regime devido a sua importância para a economia chilena, atribuída a qualidade exportadora desta. Para entender o crescimento da economia chilena a partir da lógica da exportação, são considerados alguns aspectos que favoreceram esse progresso, como “A contribuição para a elevação da produtividade e a incorporação de tecnologia; a melhoria da posição cambial, ou seja, melhora no balanço de pagamentos e na capacidade de sustentação do fluxo de importações; e o estímulo à demanda agregada.” (MUSSA & CARVALHO, 2007, p. 213). No

entanto, a liberalização comercial junto a tentativa de estabilização monetária condicionou o país a uma queda na produção industrial, somada a isso há a reprimarização das exportações.

Seguindo a perspectiva histórica da *commodity*, o fato de que a ditadura não reverteu a estatização do cobre também foi somado à criação em 1987 do FEC, Fundo de Estabilização do Cobre, outra medida de proteção a este setor que possui um grande impacto na economia chilena. O FEC funcionava como balança de preços para o cobre:

“Acumulando fundos em períodos onde o preço do cobre superava um valor de referência, e retirando-os em situações desfavoráveis, permitindo mitigar o impacto da volatilidade de preços num contexto de dependência.” (SOLIMANO & GUAJARDO, 2017, apud VILÃO, 2021, p. 25-26).

É possível analisar que, em momentos de baixo crescimento ou até queda no PIB chileno, o preço do cobre cai como reflexo do momento econômico. Sabe-se a importância do setor na economia chilena, portanto, fica claro que o governo através de leis fiscais e fundos irá proteger a *commodity* de sua volatilidade em choques internos e externos (SOLIMANO & GUAJARDO, 2017). O FEC teve grande importância em ciclos ao qual o preço do cobre acabava desestabilizado, tanto em crises, como foi na crise financeira asiática, quanto em momentos de encolhimento do PIB. Seguindo a esta mesma lógica de proteção, há a criação da lei fiscal já no governo democrático, o qual ficou conhecido como período de *Concertación*, no entanto é válido antes disso compreender os processos que o setor do cobre passou pelos anos 90.

Observa-se, nos anos 90, o aumento do investimento estrangeiro no setor mineiro, com isso o Chile impulsiona a produção do cobre. Vale observar, neste período, as interações de empresas transnacionais com uma das maiores empresas do setor, a CODELCO. A empresa estatal passou por um processo de modernização com a redemocratização, priorizou políticas de investimentos, que foram a partir da Constituição de 1980 conferidas aos setores privados, teve marco a partir da *Ley N° 600* de proteção ao investimento estrangeiro de 1974. A década de 90, marcada pelo fluxo intenso de investimentos estrangeiros no setor mineiro, pode ser explicada por: o ciclo da alta de preços do cobre e os projetos para o aumento da rentabilidade do setor; o desenvolvimento de novas tecnologias pelas empresas transnacionais que fomentam

novos padrões de produtividade e baixos custos; e por fim o caráter estável do setor, a institucionalidade e fundos de proteção (MOGUILLANSKY, 1998).

Ademais, a onda de investimento estrangeiro teve a CODELCO como peça chave devido a sua caracterização para atrair esses investidores, o processo de modernização fomenta a imagem mais independente em relação ao Estado, e a sua transformação em uma empresa *holding*¹¹ que atrai investimentos devido ao baixo risco que representa. Até os anos finais da década de 90, a economia chilena cresceu anualmente cerca de 7.8%, porém, em 1998 começa a sentir impactos da crise asiática e diminui o crescimento anual devido à desvalorização de moedas asiáticas e consequentemente a fuga do capital. O preço do cobre também foi atingido nesse contexto, a queda dos produtos primários atingiu o país a partir de 1997.

A partir desse cenário externo, condenado com os efeitos da crise asiática, a política macroeconômica chilena passa por transformações, como a adoção do câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e o aperfeiçoamento da política fiscal baseada na lei do superávit estrutural. A lei compreendia um superávit anual fixo de 1% e pensava o preço do cobre a longo prazo, a inclusão do cobre como parte fundamental da lei considera a importância do recurso e os efeitos que este pode desempenhar sobre a política fiscal chilena, não somente a partir do seu preço mas também da produção interna do mesmo.

Os anos seguintes a aplicação da lei demonstram a efetividade desta sobre a volatilidade da economia chilena, houveram posteriormente mudanças na política fiscal chilena, mas serão abordadas no próximo subtópico, pois abrangem efeitos de outras crises e contensões cíclicas. As políticas fiscais adotadas pelo Chile constantemente foram defendidas por instituições como o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sabendo da motivação ideológica neoliberal por trás destas é possível interpretar que o país manteve acima de tudo a neoliberalização de sua política econômica na estrutura capitalista (SOLIMANO & GUAJARDO, 2018).

1.3 - A crise financeira nos Estados Unidos, o “Novo Normal” na China e a desvalorização das *Commodities*

Posteriormente à crise asiática, os países da América Latina experimentaram um alto crescimento econômico devido a um fenômeno chamado “*Boom das Commodities*”.

¹¹ Administração de uma empresa sob outra empresa por meio do controle ou da participação pela via acionária quanto pela fusão dessas.

Compreende-se que esse período data de 2002 até o total declínio por volta de 2014, faz-se a partir deste subtópico uma análise dos anos iniciais desse crescimento, a crise após o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e a ascensão de uma potência asiática até o momento da desvalorização das *commodities*. Com essas informações, se torna viável compreender os desdobramentos na sociedade chilena levando em conta a conjuntura a qual esteve inserida.

Em destaque, o período de 2003 até o estouro da bolha imobiliária o cenário internacional era de ascensão das economias emergentes, a melhoria nos termos de troca fora amplamente vista e relacionada aos países que possuíam uma produção e exportação baseadas em produtos primários, com destaque para o petróleo, metais e minérios (KACEF, LÓPEZ-MONTI, 2010). Como característica do próprio *boom* os países latino-americanos acabaram muito dependentes da exportação de recursos primários, no entanto o ciclo das *commodities* possibilitou a solvência de dívidas externas e a melhoria na liquidez. Quase como um entendimento geral, a ascensão chinesa também teve importância significativa na expressiva escalada do PIB dos países subdesenvolvidos, a China expandindo alargou o comércio mundial (SANTOS, 2015).

Para entender como ocorreu o ciclo das *commodities* há necessidade de considerar algumas conjunturas, a ascensão chinesa é uma destas, outros fatores que apontam além da conjuntura de expansão do comércio internacional são os de políticas macroeconômicas nos países subdesenvolvidos, sendo esses: superávits em conta corrente, câmbio flutuante e acumulação de reservas. Os autores tendem a divergir em hipóteses que expliquem a prosperidade das economias subdesenvolvidas, Bruno Galvão dos Santos escreve para a Revista do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que o ajuste cambial teria, antes mesmo do aumento no preço das *commodities*, conduzido a melhora do saldo em conta corrente nos países subdesenvolvidos e conseqüentemente a solvência de dívidas externas. Trabalhando com essa visão apontada por Bruno Galvão podemos começar a entender o *boom* nos preços das *commodities*, já considerando a conjuntura favorável para as economias subdesenvolvidas.

Retornando a questão do crescimento chinês, este é visto como fator crucial para o aquecimento do mercado das *commodities* e principalmente para o minério, a contribuição do superciclo das *commodities* nos países latino-americanos se deu em forma de cadeia, aumento do PIB e renda per capita, expansão nos setores relacionados a exportação, e, com isso diminuição do desemprego que levou à queda na taxa de pobreza na região. Partindo para o

campo comum ao Chile, a alta demanda de minério no período teve como consequência o aumento dos preços reais e nominais, não somente pela demanda mas também pela implicação de necessidade de exploração de minas que tem um maior custo de extração, ou seja, afeta a cadeia produtiva do recurso (SERRANO, 2018). Para além do aumento da exportação chilena, os efeitos do *boom* das *commodities* podem ser vistos também pelo aumento das importações, fato este que deve ser considerado pelo aumento da paridade do poder de compra, e pelos fluxos de investimentos estrangeiros que aumentaram a partir do início do superciclo.

No entanto, durante o *boom* das *commodities* a economia mundial sofreu um enorme impacto devido o estouro da bolha imobiliária em 2008, ocasionada pela redução dos juros e crédito fácil, cabe pensar a maior economia mundial em colapso neste período e as consequências que se espalharam pelo sistema financeiro internacional. Quanto às *commodities*, a reação foi de queda em seus preços no ano seguinte ao estouro da bolha, no entanto não condenou o fim do superciclo, visto que, os preços se recuperaram até 2011. Autores, como Francisco Luiz Corsi, veem o estouro da bolha como fator de uma crise sistêmica, a transição de poder que foi vista com o declínio da hegemonia absoluta dos Estados Unidos e a expansão da economia chinesa que demarca um novo destino para a acumulação do capital.

A consideração da expansão chinesa é de extrema importância para compreender o período após a bolha especulativa imobiliária, os países da América do Sul apesar de registrarem uma queda no crescimento, que desde 2003 era expressivo, logo foram resgatados pela política chinesa de investimento em infraestrutura e indústria que demandava produtos primários da região. No entanto, após a recuperação dos preços o crescimento chinês começou a desacelerar

“Mas a estratégia chinesa agravou a crise de superprodução global ao acarretar um considerável excesso de capacidade ociosa em vários setores importantes de sua economia, associado ao crescente endividamento e a queda da taxa de lucro. Isto levou a desaceleração da atividade econômica na China...” (CORSI, SANTOS & CAMARGO, 2019, p. 169).

É importante considerar as reformas econômicas que a China passou em 1978, o pragmatismo econômico adotado por Deng Xiaoping condicionava a uma maior abertura comercial, combinando assim a estrutura de um Estado marxista interventor com uma economia

de mercado ainda atrelada aos interesses estatais. Para além disso, fora designado como objetivo econômico principal o desenvolvimento, sendo assim, para favorecer a expansão chinesa houveram incentivos e investimentos em tecnologia e nas indústrias, estas que fomentaram o superciclo das *commodities*, especialmente as minerais. No entanto, visto que, a China conduz suas políticas anticíclicas que por ora resgataram os preços das *commodities*, a potência em ascensão começa a desacelerar dando luz ao paradigma do “Novo normal”.

O “Novo normal”, explicado por Xi Jinping, seria a conformação com um ritmo de crescimento moderado:

“‘Novo Normal’ faria referência a um reequilíbrio fundamental, englobando diversificação econômica ajustada a um ritmo mais sustentável de crescimento, distribuindo os ganhos de produtividade de forma mais equânime.” (MOURA, 2015, p. 101).

Consequente a isto, o superciclo das *commodities* registra um dos eventos externos levantados como fatores que deram fim a este. A China teria forte influência no preço dos recursos primários, no entanto, somado a este evento há o aumento significativo da taxa de juros nos Estados Unidos que teve efeito sobre o mercado cambial nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2015). A “normalização” da taxa de juros norte-americana condicionou um aumento no déficit da conta corrente nas economias emergentes, a adição desses eventos externos condena a América do Sul ao fim o *boom*.

Pensando o Chile nesse contexto de fim do *boom* das *commodities*, o qual é caracterizado pela dependência da exportação de recursos primários, o país somou ao longo do superciclo o aumento nos termos de troca, melhora nas contas externas, aumento de investimentos externos e apreciação do câmbio real. As políticas fiscais com fundos de estabilização no período de expansão do cobre tiveram receitas excedentes, portanto em 2006 fora criado o Fundo de Estabilização Econômica e Social, o FEES, o qual receberia os excedentes da produção do metal. Porém, ao fim do *boom* o Chile havia expandido os gastos públicos e as receitas após esse período não poderiam manter o equilíbrio fiscal (AMARAL, 2021). De certa forma houveram investimentos a fim de promover bem-estar social, por políticas financiadas com base no crescimento do país durante o período do *boom* das *commodities*, porém, estas políticas se tornaram insustentáveis em uma realidade em que o preço do cobre já não se mostra valorizado.

Por fim, o balanço do *boom* das *commodities* para o Chile foi no fim uma realidade fiscal insustentável, a regressão em políticas sociais e a redução da participação do setor industrial nas exportações. O país que foi um dos mais beneficiados com o aumento dos preços das *commodities*, devido à valorização principalmente dos minérios, se manteve inserido na lógica de dependência do cobre.

Tabela 1 – Produtos primários exportados entre 2000 e 2016

Cobre	(49,97%)
Peixe	(4,35%)
Celulose	(3,65%)
Vinho	(2,39%)
Frutas	(1,64%)
Peso nas exportações de bens	(62,01%)

Fonte: Nuno Vilão, dados do Comexstat & UN Comtrade (2021).

Portanto, mesmo proporcionando melhoria nos índices como a redução de desemprego que no início dos anos 2000 chegara a 10% retrocedeu a 6% em 2012. Assim como o índice de Gini que possibilita a visão da diminuição da desigualdade, possivelmente fomentada pela expansão melhoria dos índices sociais, retrata a queda a partir de 2000 de 52.8 à 2015 que emplaca um nível de 44.4 do país latino-americano conhecido pela alta taxa de desigualdade. Entretanto, o país não obteve a longo prazo políticas que alterassem a estrutura de dependência de um recurso que posteriormente seria desvalorizado no mercado internacional, e, conseqüentemente, ao fim do *boom* não vivenciou outras melhoras sociais.

Capítulo 2. As classes sociais na teoria política e na organização chilena

O entendimento acerca do conceito de classes é visto, principalmente, pela perspectiva marxista. A partir disso, os subtópicos seguintes tratarão de se aproximar de conceitos básicos da obra marxista, de modo inicial, pensando sobre as classes sociais e adentrando esse entendimento para discutir as divergências entre autores no que se refere ao conceito das classes médias na economia política. O objetivo, através dessas explanações, é delimitar uma ideia de classes médias que supere o caráter economicista em sua definição, visto que, a estratificação social não considera outros fatores para além da economia. Portanto, ao explorar os debates sobre as classes médias, com foco no pós crise de 1970, tendo por base os estudos do professor de Ciência Política da Unicamp Armando Boito Jr., serão tratadas as classes médias pelas condições políticas, econômicas, ideológicas, culturais e subjetivas.

Sabendo da complexidade e extensão das obras marxistas, o presente capítulo busca esboçar elementos que possam compor o entendimento a respeito da ação das classes médias chilenas e movimentos sindicais, estudantis e sociais no *Estallido Social* de 2019. Portanto, servirá de apoio teórico para que no próximo capítulo seja possível compreender o funcionamento da sociedade de classes e suas especificidades, visto que, em momento algum o texto busca definir os protestos de 2019 e 2020 como uma luta revolucionária. O foco é entender como uma sociedade marcada pela fragmentação de classe, fomentada pela lógica neoliberal de desmonte das organizações populares, conseguiu se organizar e pressionar o Estado por mudanças na estrutura do país.

A respeito da noção marxista de Nicos Poulantzas, sobre as classes sociais, pode-se entendê-las como o resultado do choque das relações sociais de produção e das relações sociais de domínio ou poder presentes na sociedade. As relações sociais de produção podem ser compreendidas pelas propriedades, meios de produção e formas de trabalho, sendo esses, manual ou intelectual. Já as relações de domínio ou poder se dá pela capacidade de um determinado grupo de transformar seus interesses pessoais em metas comuns à sociedade, o poder da difusão dessa porcentagem configura a relação de domínio. Com isso, as classes sociais são definidas em agrupamentos humanos que se diferenciam entre si por uma série de características como, por meio dos trabalhos que realizam nessa sociedade capitalista e pela sua posição nas relações de poder, de mando e obediência.

Em “Estado, Política e Classes Sociais”, Armando Boito Jr. desenvolve sobre a formação das classes, a passo que a burguesia já é classe estabelecida devido o asseguramento pelo Estado burguês. O Estado dispõe dos direitos à propriedade privada, das condições

exploratórias do assalariado e reforça o antagonismo no sistema, sendo assim, “[...] todo capitalista individual conhece seus interesses de classe e, regra geral, age nos limites dados por esses interesses.” (BOITO, 2007, p. 195). Diferentemente da classe operária, esta deve a partir da luta definir seus interesses, a dificuldade da classe operária de estabelecer tais interesses se dá na problemática da consciência de classe. A conquista de consciência de classe pode ser entendida a partir da análise dos conceitos de “classe em si”, descrita por Marx como a forma objetiva e ausente de consciência da classe operária, e “classe para si” que se dá pelo alcance da consciência de classe através do entendimento dos interesses comuns a classe fomentando a organização para com a luta proletária.

Com isso, entende-se o processo de formação de classes sociais na teoria marxista que considera muito além dos fatores econômicos. Porém, a partir dessa definição de classes sociais há de se analisar a densidade dessas. Nicos Poulantzas, autor marxista grego, em seu livro “Poder político e Classes sociais”, compreende que a variada gama de meios de produção existentes implicam a diversidade de classes e frações de classe. A classe trabalhadora ao ser imaginada de modo geral ignora classes inseridas em meios de produção distintos, tais como, o campesinato, operariado, classes médias e trabalhadores da massa marginal. Essas classes, por estarem inseridas em estruturas produtivas diversas, possuem interesses e reivindicações diferentes. Sendo assim, ao analisar as classes operárias na sociedade capitalista que protagonizam conflitos de classe, deve-se manter um olhar crítico a essas definições se valendo da complexidade das classes dos trabalhadores para filtrar os interesses em jogo.

Ademais, uma vez citados os conflitos de classe, cabe explicar esse conceito fundamental para o próximo capítulo que irá embasar a análise do *Estallido Social*. De acordo com Boito, devemos designar o termo conflitos de classe a situações que envolvam a reivindicação da distribuição das riquezas produzidas, e não pela reorganização econômica da sociedade, que é compreendida pela luta de classes. Essa noção é importante para entender que dentro dos interesses das classes médias surgem reivindicações distintas que questionarão distribuições de riquezas, assim Armando Boito expressa “A luta sindical não é, ainda, a luta comunista.” (BOITO, 2007, p. 203). É plenamente possível que essas classes se organizem para protagonizar uma luta de classes, no entanto, o fato histórico analisado neste trabalho não compreende um desses momentos.

Por fim, sabendo das divergências acerca desses conceitos na economia política, menção a definição clássica de Max Weber a respeito de estratos sociais que parte de uma visão economicista para definir classes, o presente trabalho levará em conta os conceitos marxista para basear a análise. Com isso, torna-se possível adentrar os conceitos das classes médias, que

são marcados pelas divergências no campo das ciências políticas, comparando as abordagens teóricas da sociologia weberiana e a sociologia marxista. E, para além disso, traçar características dos movimentos que nortearão a investigação do objeto do trabalho, com foco nos movimentos sindicais, estudantis e sociais.

2.1 Conceito de classes médias e os movimentos sindicais, estudantis e sociais

A polémica conceitualização acerca do termo ‘classe média’ surge como crítica a sociologia marxista tradicional, sociólogos por maioria ligados à corrente weberiana contestavam a incapacidade dos marxistas de explicar a situação média dos trabalhadores. Em suma, o significativo desenvolvimento dos modos de produção capitalistas ampliou as formas de assalariamento, conseqüentemente houve o alargamento do assalariamento em setores não-operários. De maneira rasa, tais sociólogos pensaram ser possível falsear a lógica da polarização entre uma classe trabalhadora e a classe burguesa no sentido de que essa ampliação deforma a dialética do antagonismo de classe.

Ademais, os mesmos sociólogos que derivam do pensamento weberiano tratam essa classe média observada pelo método da estratificação social, consideram essa classe como a terceira via na sociedade “dualista” pensada por Marx, e que poderia desencaminhar a luta de classes. As análises teóricas sobre a classe média por estes são ainda divididas pensando critérios de “poder” e “autoridade”. Há outra variação importante a ser citada, a das camadas intermediárias assalariadas, Poulantzas (1975) questiona tal abordagem pois esta nega que esse intermédio pertença a uma classe, para os formuladores essas camadas estão dispostas pelo sistema. O não pertencimento de camadas em classe não existe para o marxismo, Nicos Poulantzas expressa

“A divisão da sociedade em classes significa precisamente, do ponto de vista ao mesmo tempo teórico-metodológico e da realidade social, que o conceito de classe social é pertinente a todos os níveis de análise: a divisão em classes constitui o quadro referencial de todo escalonamento das diversificações sociais.” (POULANTZAS, 1975, p. 215).

A partir disso, Poulantzas propõe pensar essa classe como a nova pequena burguesia, com isso, o autor diferencia os operários dividindo tais diferenciações em campos econômicos,

políticos e ideológicos. O fator econômico trata da execução do trabalho improdutivo pelos trabalhadores, a definição de trabalho produtivo e improdutivo na sociologia marxista também possui uma difícil interpretação, mas, Marx no “O Capital” (1867) define trabalho improdutivo como aquele que não produz a mais-valia, o que é trocado por renda, pensado em uma relação muito contextualizada e marcada pela via direta da produção. Para além disso, há a relação ideológica e política, Poulantzas caracteriza que na divisão social do trabalho a pequena burguesia ocupa os cargos de direção e supervisão, além do trabalho intelectual.

Pontuando Décio Saes, cientista político e autor do artigo “Classe média e escola capitalista” no qual caracteriza a classe média pelo interesse de valorizar seus trabalhadores não manuais em relação aos manuais, explica que essa lógica vem acompanhada pelo culto da meritocracia

“[...] este grupo precisa provar ao conjunto da sociedade, e mais especificamente à classe capitalista, que os detentores dos postos de trabalhador não-manual, dentro da divisão capitalista do trabalho, ocupam esses lugares por terem provado - na vida escolar, em provas, em concursos etc. - que são os mais competentes para tanto.” (SAES, 2005, p.105).

Com isso, a relação feita por Saes nos permite contemplar valores neoliberais intrínsecos na sociedade que reafirmam a ideia do trabalho e mérito, mas não tratam da desigualdade implícita nesse processo. No entanto, assim como Armando Boito pontua, a “consciência meritocrática” que define essa classe média é vista pelos marxistas como uma relação ideológica, pois servem os interesses dessa classe mas pode circular por outras (BOITO, 2007). Para Boito, a meritocracia é o que integra os trabalhadores das classes médias, é a característica que une esses trabalhadores de diversos setores divergentes, para além disso, é o que torna cada vez mais inconcebível pensar trabalhadores das classes médias como membros da classe operária, excluindo o fato das diferenças nas relações produtivas e sociais. O abandono da consciência meritocrática, da relação de superioridade entre os trabalhadores não manuais quanto aos manuais, se torna distante nas classes médias, porém, não é impossível.

Pensando nessa perspectiva, as organizações por parte dessas classes são traduzidas por vezes nos movimentos sindicais, com isto se faz necessário entender um pouco desses movimentos para compreender como as classes médias podem entrar em consenso na luta por interesses comuns. Os movimentos sindicais surgem logo após a Revolução Industrial, como organização que tem a solidariedade entre os operários como base, segundo o assessor de formação da Central Única dos Trabalhadores, CUT Brasil, Archimedes Felício Lazzeri, em

entrevista à Rede TVT (2012). Os sindicatos se organizavam de forma ilegal, descolados do Estado, e representavam a luta por melhorias laboriais, visto que, em tal momento a precariedade nas fábricas eram insustentáveis. Na América Latina, é comum observar um momento em que as centrais sindicais se tornam vinculadas ao Estado, porém, logo depois se inicia os golpes militares que as conduzem à ilegalidade e repressão. Após a redemocratização essas centrais voltaram à legalidade.

Em evidência, as ideias de organização da classe média, em grande maioria, são aquelas que não tem como objetivo questionar a lógica capitalista, não produzirá uma luta antissistêmica, ou seja, preservam o sistema. Diferente da luta de classes, que representa a união das classes contra a lógica sistêmica, expresso por Sávio Cavalcante

“Para tentar um exemplo, a ideia é de que existe uma ruptura, teórica e ideológico-política, entre aquilo que move e une certo conjunto de trabalhadores de determinada profissão em prol da melhoria de salários daquilo que move e une trabalhadores lutando pela tomada do Estado.” (CAVALCANTE, 2012, p. 294).

Entende-se, que as classes médias tendem a participar dessas organizações devido ao benefício que elas podem conceder aos seus membros, no entanto, pensar nesses benefícios para a classe média pode não significar o mesmo, já que acreditam através do meritocratismo merecer tais vantagens em relação ao trabalho mesmo fora de uma organização sindical. De certa forma, há uma distinção que compõe a classe média, os trabalhadores de classes médias que operam em setores públicos tendem, segundo Boito, aderir ao movimento de forma mais prática devido a maior liberdade assegurada pelo Estado em relação a organização dos trabalhadores, isso os leva a aceitar a organização para perseguir seus interesses e sem abandonar a lógica meritocrática (BOITO, 2007).

Fica escancarada a difícil relação de algumas frações da classe média para com a organização coletiva, dificuldade sinalizada por Boito devido ao meritocratismo “Nós já indicamos as razões de essa ideologia provocar um efeito de isolamento – ela incita o trabalhador interessado em melhorar sua situação econômica ao esforço individual pelo ‘desenvolvimento dos dons e aquisição de méritos’, e não à luta coletiva.” (BOITO, 2007, p. 227). Então, se a partir dessas condições há o afastamento das classes médias da organização sindical, quais são as condições que as aproximam? Como já citado, a busca pela melhoria salarial pode unir esses trabalhadores em um momento de degradação salarial, além disso, a concentração de trabalhadores em grandes centros de produção e serviços os leva a se organizar

por interesses que têm em comum. Esses são alguns cenários que tornam possível a organização sindical das classes médias, sabendo que majoritariamente não irão pensar na luta de classes, mas sim reproduzir conflitos funcionais.

Para além da organização sindical, outros atores na sociedade civil que têm a capacidade de reivindicação, que serão analisados no caso chileno, são os movimentos sociais e estudantis prioritariamente. Estes convergem em torno de causas específicas, assim como os sindicatos que tratam da luta trabalhista, no entanto se diferenciam deste em questões estruturais. Os movimentos sociais não possuem qualquer taxa de filiação, os sindicatos têm a necessidade de estipular estas devido a manutenção do seu corpo institucional que constituem profissionais dispostos a prática do *advocacy*¹², de defesa e implementação de ações que buscam pressionar alvos para consolidação de interesses. Portanto, movimentos sociais surgem com o advento do Estado moderno e agem de forma independente, com a mobilização de membros interessados na transformação de aspectos da sociedade, são em geral marginalizados e oprimidos pelos Estados devido às características das formas de ação, protestos que rompem com a ordem.

Contudo, considerando todos os apontamentos de Boito a respeito das classes médias, sabe-se da enorme dificuldade que esses trabalhadores têm de participar de lutas coletivas. É possível valer-se da concepção de classe social nos movimentos sociais, quando estes adotam perspectivas de classe dos lugares que suas bases sociais estão dispostas nas estruturas sociais (PINHEIRO, 2010). Ao falar dos movimentos sociais que serão analisados, consideramos que as frações das classes médias, que irão se organizar pelos interesses comuns específicos desses movimentos, mais ricas em capital cultural¹³, têm uma tendência de abranger tais organizações. Nisso, Elísio Estanque, professor da Universidade de Coimbra e ativista sindical, destaca a parcela intelectual das classes médias e a juventude estudantil, estes que se organizam não de maneira antagônica aos trabalhadores, questionam a estrutura precarizada e a regressão social, sendo isso resultado dos processos de austeridade e reformas do Estado social (ESTANQUE, 2012).

Em evidência, Estanque analisa a insurreição dos movimentos estudantis em Portugal nos anos sessenta, no entanto, a estrutura dessas reivindicações podem ser observada ao redor do globo, exemplo de eventos históricos que tiveram como principais atores os movimentos

¹² Mecanismo de um grupo ou ator que busca influenciar tomadores de decisão em formulações e implementações de políticas públicas.

¹³ Conceito empregado inicialmente pelo sociólogo Pierre Bourdieu que compreende a relação hierárquica no sistema escolar, a reprodução do domínio intelectual, semelhante a magnitude do conceito de capital econômico.

estudantis foram a Primavera Árabe¹⁴ e o *Estallido Social* chileno, este que será o foco do terceiro capítulo. Conseqüentemente, os movimentos sociais após os anos sessenta carregam as inovações tecnológicas como ferramenta de difusão, atualmente, as redes sociais alcançam as frações mais isoladas das classes médias, através disso, conseguem transmitir, por uma linguagem contestadora, mensagens capazes de aglutinar as frações contra o modelo social imposto.

Por fim, entende-se as divergências acerca dos movimentos sindicais e movimentos sociais, entretanto, as forças contestatórias que ambos possuem acabam harmonizando em contextos de indignação para com a regressão social. Atualmente, em conjunturas de austeridade devido à expansão do modelo econômico centrado no mercado, as redes sociais se destacam como ferramenta da ação coletiva, expandindo o alcance de discursos *anti-establishment* e organizando diversas frações de classes no cenário. Esses dilemas que cercam o cenário internacional, pautados pela lógica do mercado, espreitaram as sociedades e conduziram as organizações a uma situação desfavorável, sendo importante analisar de maneira cuidadosa como cada sociedade reage a essas conjunturas, neste sentido este trabalho busca examinar a sociedade chilena.

2.2 O ajuste fiscal e o impacto para as classes médias

Sob a condição de viver em uma sociedade estatal com um governo tomador de decisões lidamos com as devidas conseqüências das suas vontades. Delimitando o entendimento por classes médias, cria-se uma base para debater os impactos que estas sofrem na política econômica neoliberal, sabendo que, os efeitos deste podem encaminhar essas classes a reivindicações contra o modelo austero. A partir dessa lógica, definimos e analisamos as políticas fiscais aplicadas, para entender posteriormente seus efeitos nas classes médias e as possibilidades de mobilização de classes descontentes com o seguimento das políticas fiscais. A condução do estudo requer uma revisão teórica acerca das políticas macroeconômicas e dos ajustes fiscais, para compreender a aplicação desses na sociedade.

Ademais, considerando a macroeconomia centrada em metas para o crescimento cria-se uma busca pela estabilidade, a partir do momento em que uma economia transparece

¹⁴ Onda de manifestações que ocorreram no Oriente Médio e parte da África no final do ano de 2010, compreendia a irrupção do povo contra a precariedade de vida reproduzida pelos regimes autoritários, austeridade fiscal e a corrupção.

sintomas de instabilidade torna-se necessárias medidas que recuperem a linha para o desenvolvimento. As economias em busca do desenvolvimento são medidas pela volatilidade em seu crescimento, Ramey & Ramey (1994) observaram a correlação do baixo crescimento significativo em países com alta volatilidade econômica, nessa proporção a correção dessas flutuações por governos envolvem a política fiscal. As inúmeras teorias acerca do crescimento econômico abrangem muito mais do que a relação da volatilidade, no entanto, não cabe a esse trabalho pensar sobre, o foco do estudo se volta para a implementação por parte do governo de políticas que buscam corrigir a instabilidade macroeconômica.

Neste sentido, ponderando um programa econômico neoliberal, as políticas fiscais servem nesse contexto como corretoras dessas instabilidades, este é o espaço em que o governo vai atuar (GIAMBIAGI & ALÉM, 2011). Com isso, é possível compreender as funções das políticas fiscais coordenadas pelo governo, o que Giambiagi (2011) divide em três: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. A função alocativa pode ser entendida pela alocação dos recursos públicos, já a função distributiva consiste na distribuição justa de renda na sociedade e, por fim, a função estabilizadora compreende a estabilização macroeconômica. Portanto, o governo velando estas funções conservaria a sociedade das instabilidades. No entanto, é visto que, constantemente os governos têm como foco o crescimento econômico e, com isso, direcionam prioritariamente políticas fiscais para a função estabilizadora. Sabe-se que, em cada função, o governo conta com instrumentos como a contribuição por impostos, conhecido por sistema tributário, é idealizado que esse seja eficiente para atender as funções citadas.

O sistema tributário em boa parte da América Latina tem como caráter regressivo, ou seja, não privilegia a redistribuição de renda mas sim a valorização econômica. De acordo com o estudo da revista *Nueva Sociedad* (2015), influenciado pelo Consenso de Washington¹⁵ que recomendava dar atenção a impostos que não influenciam nos preços determinados pelo mercado. Em termos gerais, a tributação recai sobre os impostos de consumo de forma elevada e reduzida sobre os impostos de renda, o que culmina em reforço da desigualdade e da ineficiência do governo em redistribuir renda. Dado momento, que a tributação incide em bens para consumo não é feita a distinção entre a capacidade de pagamento dos indivíduos, o imposto sobre a renda faz essa distinção, mas pouco é cobrado. Portanto, o sistema tributário latino-americano fortalece as desigualdades sistêmicas, quando deveria operar para dizimar essa

¹⁵ Recomendação que partiu da reunião de instituições financeiras internacionais. Visava resgatar países da América Latina de instabilidades macroeconômicas resultado da crise da dívida externa de 1980, e retomada da acumulação de capital por meio da implementação de medidas neoliberais.

lógica, visto que, é um instrumento para a função distributiva (FAGNANI & CARVALHO, 2019).

Esse contexto opera sobre as demandas sociais, redistribuição de renda e transferência, sem esquecer da função alocativa, a qual o governo oferta bens públicos para atender as necessidades da população. Dado isso, resta entender em que momento um governo sente a necessidade de ajustes fiscais, um desses contextos é o de instabilidade macroeconômica, muitas vezes, o alvo é a alta inflação. Desse modo, surgem conjunturas de alto endividamento externo, que também levam os governos a corrigir com políticas fiscais. Aqui são feitos os ajustes fiscais, algumas medidas são a de corte de gastos pelo Estado e a que privilegia o aumento de gastos pelo Estado, iremos nos ater no corte de gastos pelo Estado. Historicamente, a austeridade atingiu a América Latina com a substituição do Estado desenvolvimentista em detrimento de medidas neoliberalizantes.

Como observado a respeito da experiência chilena, a “terapia de choque” é um termo cunhado para descrever a introdução da economia neoliberal e as políticas fiscais que deveriam reverter o quadro da hiperinflação que acometia o Estado. Portanto, o corte de gastos nesse quadro teve como resultado a alta da taxa do desemprego e o estrangulamento dos gastos sociais, estes que foram entregues à lógica do mercado dispostos a quem pode pagar. As políticas fiscais no Chile também são vistas em programas como o Fundo de Estabilização do Cobre (FEC), responsável por equilibrar o impacto da volatilidade do preço do cobre, definindo assim um equilíbrio no produto chave da exportação chilena. Já em regime democrático, a Lei de superávit estrutural surge para somar no arcabouço dos ajustes fiscais. Sempre apoiadas por instituições de viés neoliberal, as políticas fiscais chilenas não fogem do projeto neoliberal, com base no entendimento das funções dos instrumentos fiscais, seguem pendentes com a redistribuição de riquezas acentuando a desigualdade.

As classes médias inseridas nesse cenário não estão isentas dos efeitos das políticas fiscais, o desemprego e a privatização de bens essenciais vistos na redução do Estado social, como a educação, acesso à saúde, previdência, entre outros. Esses efeitos são sentidos com maior intensidade em conjunturas de crise, quando há o fomento de medidas austeras, o que resulta em manifestações de descontentamento popular, reivindicações diversas e lideranças heterogêneas em protestos. O comum a ser notado nas últimas manifestações anti-austeridade é a movimentação inicial dos estudantes, insatisfeitos com a precariedade tanto do modelo educacional neoliberal, por muitas vezes envolvendo financiamentos estudantis, quanto a liberalização do trabalho ao qual buscam ingressar. A insurreição que os movimentos estudantis iniciam tem uma grande capacidade de mobilização, tanto pela performance em seus protestos

quanto pela comunicação através das redes sociais. Dado isso, observa-se frações das classes médias aderindo às manifestações e reivindicando pautas diversas dando aos protestos um caráter extremamente heterogêneo.

Por fim, a partir do entendimento dos impactos que as políticas fiscais em um contexto de austeridade são capazes de causar, as classes médias em virtude da regressão social e precarização de serviços públicos tendem a se envolver em mobilizações anti-austeridade. Dessa forma, sabendo da inserção das classes médias em protestos contestatórios podemos partir para o estudo de caso sobre a sociedade chilena, como essas classes se organizam para que posteriormente seja possível compreender os movimentos que compuseram o *Estallido Social* no Chile de 2019 e 2020.

2.3 A organização das classes médias chilenas

Segundo Elísio Estanque (2012), às insurreições nos anos sessenta de novos movimentos sociais impulsionam o ativismo da classe média ocidental. Por outro lado, as organizações sindicais, após a onda neoliberalizante na América Latina, enfrentam dificuldades em se organizar devido a repressão e desmonte promovidos pelos Estados. A neutralização dos sindicatos em Estados neoliberais se torna parte da política de estabilização, é visto nos governos de Pinochet, Reagan e Thatcher o desmonte das organizações trabalhistas como estratégia para assegurar a nova ordem social. Com isso, entende-se a capacidade potencial que as organizações têm de ameaçar a estrutura capitalista neoliberal com discursos contestatórios. Contudo, como já discutido, os trabalhadores das classes médias inseridos nessa lógica encontram-se em contradição de um individualismo possessivo propagado pela doutrina neoliberal, a viver uma vida em comunidade livre (HARVEY, 2005).

Entretanto, retomando a linha temporal anterior ao golpe militar, é vista a organização de parte da sociedade chilena tanto por meio de partidos, como a Unidade Popular, quanto por movimentos sociais e sindicatos, para conduzir democraticamente um candidato socialista à presidência. Devido ao golpe militar e a formação do Estado neoliberal, as classes médias chilenas sofreram com as reduções de liberdades coletivas e o caráter altamente repressivo que incapacitava a mobilização de opositores às políticas adotadas. A militarização correspondente a figura dos *carabineros*, a polícia ostensiva do Chile, é instrumento do Estado de manutenção da ordem social vigente e responde a organizações, como a de movimentos sociais, de forma repressiva devido ao caráter contestatório dessas organizações quanto a ordem (ALVES &

VIEIRA, 2021). Portanto, nessa conjuntura os movimentos sociais e sindicatos foram definidos como organizações transgressoras, cenário que perdura atualmente, observado nas ações coercitivas dos protestos em 2019.

Nos primeiros dez anos do governo da ditadura militar chilena as organizações foram quase que totalmente neutralizadas, as poucas movimentações aconteciam em setores específicos sem muita concentração da sociedade civil, nisso a repressão do regime e a marginalização das organizações são fatores que desarmaram as mobilizações. A partir de 1983, as greves e protestos acontecem com maior intensidade, o descontentamento das classes médias para com o modelo de mercado vigente no Estado resulta em alianças com as classes populares, assim as organizações sindicais possuem maior flexibilidade para recrutar as mobilizações por meio de greves e protestos. Contudo, o governo passa a negociar com sindicatos das classes médias e através de concessões consegue afastar esses setores das ruas, surge paralelamente a isto a expansão da radicalização estudantil, estes que se tornam uma das principais forças contestatórias. As organizações, no entanto, não conduziram o regime ao fim, as mobilizações precisamente favoreceram as pressões para uma redemocratização, para além das crises políticas (GARRETÓN, 1989).

Consequentemente ao período de redemocratização, as organizações voltaram a construir demandas de forma mais ativa, a Central Unitária de Trabalhadores (CUT) foi recriada em 1988 no período de protestos a favor da redemocratização, dada a sua dissolução em 1973 devido à ditadura. A organização partidária nesse mesmo período protagoniza a aliança pela *Concertación*, demonstra como os anos 90 foram marcados em meio a um processo transitório com idealização de redefinir a sociedade chilena que, no entanto, transpassou todos os governos desta coalizão. A sociedade chilena avançava em relação aos níveis de pobreza, o aumento da renda, no entanto, conservava o histórico de um país desigual. O governo da aliança de centro-esquerda (Partido Socialista e Partido Democrata Cristão), tinha como objetivo na transição à democracia estipular políticas que equilibrassem demandas entre progressistas e a oposição, somado isso tratavam de lidar com a desigualdade no país que é resultado, por partes, do precário sistema de redistribuição de renda e da privação dos acessos a serviços básicos, devido a lógica neoliberal.

Como já tratado no capítulo anterior, o Chile viveu um cenário econômico ascendente nos anos 2000, a conjuntura do *boom* das *commodities* moldou relações produtivas e avanços socioeconômicos. No entanto, tamanho avanço não foi equivalente às necessidades da população, as reformas na educação, por exemplo, não atendiam às demandas das classes médias e classes populares, a lógica educacional voltada ao empréstimo de créditos conduzia o

estudante ao endividamento e ainda enfrentava um mercado de trabalho incerto. Diante desses e políticas sociais precárias, o movimento estudantil se destaca como uma organização reivindicativa, contestadora do sistema e ativa em lutas sociais, exemplo disso são as manifestações como a “Revolta dos Pinguins”¹⁶ em 2006 que somaram protestos e ocupações em busca do êxito de suas demandas. Deste modo, a força adquirida pelos movimentos estudantis corresponde ao sucesso desta organização, estudantes tornam-se atores políticos capazes de questionar e exigir progresso tanto no sistema estudantil como social em um todo. Em evidência, a vitória eleitoral de um ex-líder do movimento estudantil nas manifestações de 2011, Gabriel Boric, para presidência no Chile diz respeito a importância destes.

Ademais, a partir dessas ondas de manifestações a coalizão *Concertación* é redefinida, a Nova Maioria se torna a aliança de centro-esquerda reformada prevista para conduzir um governo que atenda as demandas das ruas. De certa forma, a líder Michelle Bachelet implantou mudanças em sistemas de redistribuição de renda e obteve avanços em políticas sociais, no entanto, a Nova Maioria foi impossibilitada de emplacar reformas expressivas, como no sistema tributário, havendo que abrir concessões para com a direita parlamentar. Com isso, a Nova Maioria não promove mudanças estruturais que destrua tamanha regressão social herdada pela ditadura, surge paralelamente uma nova coalizão que visa dismantelar a lógica política vigente desde o fim da ditadura de alternância entre os partidos socialista e democrata-cristão (TITELMAN, 2019). A aliança, denominada Frente Ampla, constitui uma organização de coletivos e movimentos sociais, buscam desta maneira destituir a lógica neoliberal na sociedade chilena, questionam a Constituição herdada da ditadura de Pinochet e lutam por reformas estruturais.

Finalmente, a Frente Ampla obteve sucesso nas eleições posteriores a sua formação, mas ainda protagonizou embates com a direita chilena. Sendo assim, Titelman (2019), questiona as direções das classes médias chilenas, essas se mostram divididas em programas políticos plenamente divergentes. Os protestos de 2019, que servirão de análise principal neste trabalho, constata grande parte de uma população desgostosa com as estruturas de mercado, com a regressão social e a herança constitucional. Em foco, essas classes por grande maioria localizadas em setores médios, organizadas em sindicatos, movimentos sociais e coletivos partidários atuaram pela mudança basilar da sociedade chilena.

¹⁶ Protestos e ocupações de escolas por estudantes secundaristas chilenos em 2006 reivindicando melhorias no sistema educacional. Tem esse nome devido aos uniformes dos secundaristas.

Capítulo 3. O mal estar transborda pelos olhos do povo chileno

Compreendendo como a Ditadura Militar chilena chega ao fim através de reformas e acertos que acomodam as mais diversas camadas nacionais, pensando nas concessões entre a esquerda e a direita tradicional, essa acomodação acaba com uma rebelião popular. À vista disso, é necessário entender que há fatores e condições históricas que conduziram o povo, enfurecido com o aumento da passagem do transporte público, insurgir nas ruas chilenas. E, a partir dessa concepção, sinalizando o cansaço pela estrutura capitalista neoliberal precarizada e a soma de uma conjuntura em crise, contemplar a constituição de uma organização popular extraordinária que abandona moldes tradicionais.

Sendo assim, examinamos as condições que favoreceram a inserção de classes que constantemente se mostram estáticas em relação à participação coletiva contestatória. Como a performance de grupos organizados conciliaram as inúmeras demandas das mais variadas frações? Como definir os movimentos que deslocaram as pessoas até as ruas? Saber como responder a estas questões provocam uma consciência da atual forma da sociedade chilena, que envolvidos por um agravamento das condições de vida das massas, protagonizam uma das maiores convulsões sociais no país.

3.1 “*No volveremos a la normalidad, porque la normalidad es el problema*”¹⁷

Em evidência, os maiores protestos que a nação chilena já vivenciou. O *Estallido Social* não só questiona os 30 anos de redemocratização carregando a herança neoliberal da Constituição de Pinochet, mas sim os 500 anos de colonialismo do país dependente, fundado em bases genocidas no tocante aos povos originários do país andino. A partir de outubro de 2019, o povo chileno desperta dos anos de precariedade, dos anos de promessa e de concessões para com a direita e a elite chilena. A explosão popular questiona a estrutura da sociedade capitalista neoliberal, permeia as mais diversas áreas possíveis, caracteriza-se por uma convulsão heterogênea que mobiliza o coletivo indignado e descontente. Iniciado pelo movimento secundarista sempre à frente de lutas reivindicativas, abraçado pelos movimentos feministas, ambientalistas, de aposentados, entre outros grupos com reivindicações plurais que convergiam com a mudança constitucional. O ódio de anos do descaso a uma sociedade

¹⁷ “Não voltaremos à normalidade, porque a normalidade é o problema”.

condenada a desigualdade, se converteu à fé que somente uma nova constituinte poderia alterar a história do país, entoavam nas ruas “*Hasta que la dignidad sea costumbre*”.¹⁸

A decisão do governo de Piñera, de aumentar as taxas dos transportes coletivos em outubro de 2019, reverberou naquela sociedade farta dos problemas socioeconômicos que ditavam a “normalidade” do país andino. A organização dos movimentos estudantis, que deram início a insurreição, convocaram a população que utiliza dos meios de transportes públicos para pular as catracas como protesto, e assim surgem as manifestações que culminaram na maior efervescência social chilena desde a redemocratização. Por dias os protestos mantiveram essa causa comum, a aceitação por parte da população aumentou e a repressão policial pelos *carabineros* foi equivalente. A enfática criminalização dos atos pelo governo Piñera apenas fomenta a indignação, no dia 18 de outubro, ao decidir suspender a circulação dos transportes públicos pela tarde, os protestos irrompem pelas ruas. A revolta refletia as ruas, barricadas foram feitas, ônibus foram queimados, prédios comerciais foram atacados, e o governo reage com o decreto de estado de emergência, repressão e toque de recolher.

O mal-estar, que envolvia a sociedade chilena, tornou-se combustível para a revolta das classes que viveram soterradas pelo modelo neoliberal e pelas políticas de concessão. Os protestos questionam as condições de vida da população, colocam em evidência os endividados por empréstimos estudantis, os desempregados em um mercado de trabalho incerto e cada vez mais informal, os aposentados que temem a pobreza na idade mais frágil e os trabalhadores que se esforçam com salários que mal cobrem o alto custo de vida no país. Ou seja, questionam a estrutura do Estado e sua desorientação para com políticas populares, rejeitam a lógica neoliberal que fora brutalmente instaurada na ditadura de Pinochet e além disso cobram a mudança prometida pela redemocratização. A violência policial, praticada pelos chamados *carabineros*, foi vista pela população como mais uma violência além das realizadas pelo Estado nos aspectos socioeconômicos, e fomentou assim a indignação da população que enfrentou corpo a corpo a repressão policial, resultando em um grande número de mortes, feridos e prisões violentas.

A insurreição se expandia pelo país, foram convocadas greves gerais pelos sindicatos, a população cantava e performava resistência contra as estruturas de poder e heranças coloniais expostas em praças públicas, como danos a monumentos públicos de figuras de colonizadores e militares. Incêndios e saques também foram registrados, o presidente Piñera declarou guerra à população nas ruas, definindo-os como “inimigos poderosos”, em pronunciamento pela rede

¹⁸ “Até que a dignidade seja um costume”.

televisiva chilena. Essa posição do executivo somada a violência policial na tentativa de restabelecer a “ordem”, são vistas em resultados como ferimentos oculares como tática militar de coerção e a agressão política sexual que compreende os assédios e abusos. Tamanha hostilidade repercutiu como violação dos direitos humanos, chamando atenção de organizações de defesa a esses direitos, este cenário somado ao aumento da revolta popular conduz o presidente a uma retratação e tentativa de concessão. Em meio a essas concessões, Piñera revoga o aumento das passagens, há a renúncia de ministros e a tentativa de acordo popular que consiste na criação de uma agenda social.

Contudo, as propostas elaboradas para conter a crise social não foram aceitas pela população, entre elas o aumento do salário mínimo, redução das tarifas elétricas e aumento de 20% das pensões. Consequentemente, a desaprovação da massa por essas medidas corrobora a concepção do descontentamento geral, o povo com as mais variadas reivindicações setoriais apostava somente na ação destituinte para alterar radicalmente a estrutura capitalista neoliberal. Piñera, tendo a sua gestão da crise observada internacionalmente, cede à pressão e propõe o Acordo pela Paz e pela Nova Constituição ao Congresso que fora aprovado visando a votação em um plebiscito nacional, alguns movimentos sociais questionam coalizões da esquerda que aceitaram pactuar o acordo, entre elas a Frente Ampla que se afastou das ruas com a intenção de influenciar o processo pelas vias políticas. O descontentamento por parte dos protestantes se dá pelo caráter de conclusão que o acordo foi assinado, como uma tentativa de pôr fim às mobilizações sem maiores mudanças, como um impeachment de Piñera.

Por fim, os meses seguintes à aprovação do Congresso, em relação a votação do plebiscito, desloca o foco da coletividade quanto ao funcionamento da possível Convenção Constituinte. Contudo, a movimentação de organizações, como as feministas, ainda se mostram ativas, o que fortalece algumas premissas na elaboração da nova Carta, tais como a paridade de gênero e assentos reservados para povos originários na Convenção. Portanto, fica claro que mesmo com a tentativa dos partidos políticos de enfraquecer as mobilizações a irrupção dos movimentos sociais ainda possuía fôlego, além disso, produz indícios da crise de representatividade da esquerda, principalmente em relação a Frente Ampla, para com os movimentos sociais.

3.2 Perfil dos grupos e suas principais lideranças

Com o avançar dos anos 2000, e a ascensão dos movimentos de contestação de políticas austeras, nota-se no Chile a organização de frações questionando a precarização de setores específicos na sociedade. A realidade é que a conciliação, feita pela coalizão que assumiu a redemocratização do país, entre a continuação do modelo econômico neoliberal e uma administração que promete visar a maior igualdade social, não agradou a população. Até que ponto o crescimento do modelo econômico neoliberal permite a aproximação de uma igualdade social? Sabendo que, por consequência de um Estado neoliberal, resultado de lutas de uma burguesia que visava a maior acumulação de capital, a desproteção social se torna um sacrifício para a manutenção deste. Portanto, o Chile nos governos de *Concertación* reforçam o caráter de Estado subsidiário quanto às políticas públicas.

Ademais, os programas de redistribuição empregados tinham como enfoque a pobreza crítica, ou seja, tratavam de remediar as falhas do sistema neoliberal mas não alteravam as capacidades de impacto em outros grupos. Assim como detalha Pilar Vergara (1994), o sistema chileno é uma combinação de duas definições de Estado de bem-estar elaborado por Titmuss (1968), sendo, o “residual” que supõe um Estado interventor em situações que o indivíduo se mostra incapaz de aderir ao sistema de responsabilidade pessoal apoiada pela noção de auto assistência. E o “meritocrático”, que parte da lógica da posição no mercado de trabalho do indivíduo que o proporciona a capacidade de adquirir os direitos sociais pela sua produtividade. A fusão dessas características não sustentou as esperanças das classes, ou por ora parcela dessas, pela idealização de uma democracia com maior impacto na redistribuição do capital que se mostra acumulado em uma pequena fração da sociedade.

Contudo, os anos iniciais do milênio contaram com uma conjuntura de prosperidade econômica que foi o *boom das commodities*, essa condição permitiu o crescimento da economia chilena e melhorias nos índices de desemprego e desigualdade devido a expansão do setor e consequentemente a geração de empregos. Portanto, ao passo que o aumento do preços desses materiais atinge a sociedade chilena, que se recuperava dos efeitos da crise asiática, logo, compreende dois anos de recuperação para registrar um elevado crescimento anual, mas não impediu setores específicos como a educação de protagonizar uma imensa mobilização de estudantes secundaristas com demandas para melhorias na educação. A parcela de movimentos estudantis, contestando a agenda pública de investimento em direitos básicos, são condenados à repressão pelo Estado quanto às organizações via projetos como a Lei Aula Segura, esta que coíbe as mobilizações de estudantes que provocam “desordem” definida pelo Estado e contida com abuso de poder pelos agentes que detém o uso da força legítima.

No entanto, como já é de entendimento, a partir da crise financeira global de 2007-2008 o preço do cobre se mostrava vulnerável à conjuntura, conseqüentemente a economia chilena dependente deste insumo também. Com a expansão econômica chinesa, e a sua alta demanda pelas *commodities*, os efeitos da crise mundial foram controlados até o início de uma contração nesse cenário expansivo marcando o fim do superciclo. Com isto, o avanço das medidas austeras entram no panorama da sociedade chilena, o desaquecimento do setor de mineração condena trabalhadores ao desemprego e instabilidades, nessas circunstâncias há o aumento dos empregos informais e conseqüentemente a regressão social quanto às pensões e demais direitos básicos. Em evidência, a realidade das políticas de austeridade condenam a população à desproteção social, assim como já descrito esse cenário conduz a sociedade a contestar as estruturas econômicas e políticas adotadas pelo governo.

Em meio a essa conjuntura, a classe média chilena se viu pressionada pela condição dos ajustes fiscais que prometiam a retomada do crescimento econômico através do sacrifício nacional. Retomando a ideia de uma política fiscal de caráter recessivo, entende-se que o sacrifício a ser feito não atinge as classes altas “A austeridade é a penitência – a dor virtuosa após a festa imoral –, mas não vai ser uma dieta que todos partilharemos. Poucos de nós são convidados para a festa, mas pedem-nos a todos que paguemos a conta.” (BLYTH, 2014, p.3). De maneira sucinta, Mark Blyth em “Austeridade: A história de uma ideia perigosa”, expressa a problemática por trás de medidas austeras que condenam a uma maior intensidade dos efeitos distributivos em classes de menores rendas e que necessitam mais do apoio do governo. Ou seja, em tempos austeros há a reprodução da desigualdade apoiada pelo Estado como suplício pela instabilidade econômica.

A objeção da população a esse ônus é vista em manifestações anti-austeridade, a cada nova medida atribuída pelo governo aumenta a insatisfação, e, com isso, interesses das classes médias e classes populares entram em consonância. O aumento das passagens do transporte público chileno em outubro de 2019 aglutinou a juventude dependente daquele serviço, os movimentos estudantis chilenos possuem uma base organizacional fortemente estruturada devido as suas experiências em mobilizações. No documentário “A Rebelião dos Pinguins” (2007), dirigido por Carlos Pronzato, entrevista ao jornalista Carlos Gonzalez que expressa o evidente processo de aprendizagem do coletivo em suas performances transita para além das marchas nas ruas às ocupações nas escolas, isso devido a repressão que sofreram nas ruas dos *carabineros*. Portanto, compreende-se que as organizações chilenas buscam ocupar espaços para reivindicação se adaptando à repressão brutal e estrutural.

Como atores sociais nos protestos de 2019, a insatisfação dos estudantes são somadas a uma série de determinações pelo governo no último ano que provocaram indisposição dos secundaristas, como a Lei da Aula Segura, sendo assim o aumento das passagens levaram as proporções observadas que evidencia o mal-estar acumulado para com a organização de um Estado subsidiário e repressor. Os movimentos estudantis chilenos são capazes de ascender figuras de suas lideranças a importantes espaços. Exemplo disso, o prefeito de Valparaíso Jorge Sharp, a deputada Camila Rojas e o presidente Gabriel Boric. Porém, assim como a própria Camila Rojas conta, em entrevista a Tinta Limón para o livro “Chile em chamas: A revolta antineoliberal” (2021), os estudantes mesmo que carreguem tradicionalmente essas lideranças fortes se mostraram inorgânicos nas ruas em outubro de 2019, utilizavam das redes sociais de forma dinâmica a fim de promover correntes de ações em prol daquela contestação, como o ato de pular as catracas, essa forma de organização horizontal se mostrou eficiente.

Portanto, em meio ao *Estallido Social*, o movimento que aqueceu as ruas inicialmente e fomentou a explosão social foi o estudantil. Sendo que, a pauta reivindicativa transita desde um primeiro momento contra as tarifas do transporte, da replicação do modelo educacional e da repressão sistêmica que o Estado tem para com os estudantes. Com “*Evadir, no pagar / otra forma de luchar*”¹⁹ a população é mobilizada e vai até as ruas apoiar os estudantes e expressar seus descontentamentos, outros atores populares aderem às manifestações e desestabilizam mais ainda a ordem do Estado neoliberal. Em meio a esses atores soma-se os gritos do movimento feminista “O Estado estuprador é um macho opressor”, o *Coordinadora Feminista 8M*²⁰ vai as ruas contestar pela luta popular os moldes da sociedade neoliberal patriarcal.

Desde 2018 a organização feminista vinha protagonizado grandes manifestações de modo a denunciar as disparidades de gênero e precarização da vida, com foco nas mulheres, mas, pensada a todas as classes vítimas das violências estatais. Para compor as ruas, os movimentos feministas adicionaram o caráter organizado as mobilizações, que até então se mostravam natural, convocando uma greve geral e conduzindo outros setores organizados a estruturar tamanha convulsão para que aquelas vozes fossem escutadas e atingissem outras camadas da população, assim como as médias. Com isso, a militante Javiera Manzi descreve esse movimento feminista como amplo, não projeta apenas a sua causa particular como pauta, contudo, vê a radical mudança estrutural como meio possível (Tinta Limón, 2021).

¹⁹ “Pular catraca, não pagar / outra forma de lutar”.

²⁰ Movimento feminista originado nas mobilizações de 8 de março de 2018. Reivindica pautas setoriais como o fim da violência de gênero, mas também a transversalidade das agendas sociais que contestam a precarização da vida na sociedade chilena.

Ademais, o apelo pela greve geral servia para as feministas como uma ferramenta de fomento às mobilizações, o incentivo a adesão por outras camadas fornece força para a maior reivindicação expressa pelo movimento, a destituente. Isto posto, vale formular as demandas do movimento, sendo que denunciavam o machismo, opressões, cultura do estupro e demais violências sexuais, exemplo disso é a reprodução destas por agentes do Estado durante o *Estallido Social*. Aderem à luta popular contra a precariedade de vida, por salários equitativos e pela reformulação dos sistemas educacionais, de saúde e de pensões. Sabe-se que, a coordenação dos movimentos feministas protagonizaram o 8M em 2019, possuem através desse arranjo grande potencial de engajamento e conscientização das massas para as problemáticas políticas e sociais, portanto, impulsionaram as vozes de dissidentes entusiasmados com a oportunidade de clamar por dignidade.

Além disso, militantes do movimento *Coordinadora Feminista 8M* descrevem as formas de organização da luta feminista no Chile pela ação de massas, buscam inserir a noção de classe como prioridade na coletividade, ou seja, incita a consciência dos dissidentes na luta política para a contribuição da formulação de pautas a serem reivindicadas em mobilizações. Os mecanismos empregados pelas feministas, que se mostraram eficientes nas mobilizações, como a convocação da greve geral feminista e expressões artísticas que difundem a noção radicalizada e convocatória, configuram o êxito dos movimentos. Por conseguinte, a comunicação pelas redes sociais, assembleias locais e por discursos persuasivos, trouxeram o caráter orgânico à explosão social de 2019 e compôs com demais movimentos essa insurreição antineoliberal (Tinta Limón, 2021).

Similarmente, o movimento ambientalista que possui muito diálogo com o movimento feminista, a fusão das chamadas “ecofeministas”, teve grande representação pelo *Movimiento por el Agua y los Territorios*²¹, MAT, defendem os direitos aos bens comuns que são negados no Chile devido as privatizações desses, em especial a água, visto que, o país vive uma crise hídrica afetando principalmente as classes mais baixas. Além disso, questionam as zonas de sacrifício, estas que são definidas como áreas de exploração ambiental completamente degradadas pelas grandes indústrias. O MAT se posiciona como movimento anticapitalista e antiextrativista, trabalham organizados por assembleias onde interpretam os problemas locais e desenvolvem caminhos para a gestão compartilhada da água. Francisca “Pancha”, militante do

²¹ Movimento pela Água e os Territórios, lutam pelo direito da garantia da água como um bem comum e contra o modelo de desenvolvimento de exploração ambiental.

MAT, expõe que há anos o movimento pensa que a única forma de alterar o Código de Águas²² deveria vir de uma nova constituinte, o formato neoliberal impedia qualquer alteração nessa área privatizada, pensando além do capital gerado pelo próprio setor como para atender as grandes mineradoras do país (Tinta Limón, 2021).

É visível a grande participação de movimentos sociais na organização do *Estallido Social*, com isso surge o questionamento do papel dos sindicatos nesse evento histórico, quais foram as suas contribuições e por que estes se mostraram um tanto quanto figurantes nesse processo? Com efeito, o sindicalismo chileno que passou por um desmonte na ditadura militar não alcançou com a redemocratização bases tão bem estruturadas, e por ainda sustentar-se no modelo neoliberal acabou sendo suprimido pela organização estatal. A *Unidad Social* que representa a grande associação de sindicatos é vista por Mario Garcés, diretor da ONG *Educación y Comunicaciones*, como uma velha política de articulação somada aos partidos tradicionais de esquerda que já são conhecidos por suas concessões, ou seja, possui um histórico discutível (Tinta Limón, 2021). No entanto, os sindicatos atuaram nas mobilizações por meio das greves gerais, as exigências citadas no manifesto que oficializou a convocação dos trabalhadores para as ruas intimaram a opressão do Estado de emergência decretado pelo presidente, solicitaram a revisão de projetos de lei quanto às pensões e reforma tributária, e uma assembleia constituinte.

Somado aos movimentos sindicais há o No + AFP, que constitui-se basicamente por um grupo de ativismo contra as administradoras de fundo de pensão chilenas, responsáveis pelo sistema de capitalização das aposentadorias. Este grupo possui coordenações regionais que são responsáveis pela organização de assembleias, é composto por trabalhadores descontentes com a precariedade do sistema, com uma faixa etária distinta dos movimentos estudantis que despontaram a convulsão social, mas que possuem tanta mobilização quanto. Em meio aos protestos as pensões fazem parte dos principais sistemas a serem contestados, dessa maneira, visando amenizar a crise, o presidente Piñera tenta fazer concessões à população pautando reajustes nas pensões e aposentadorias. Entretanto, o movimento, aproveitando da visibilidade e conhecendo as medidas nada transformadoras do governo, se nega a abandonar as ruas e continuam reivindicando mudanças maiores e estruturais que resultam na demanda pela nova constituinte.

De certo modo, os partidos políticos tradicionais enfraquecem junto ao velho sindicalismo, é vista a ascensão dos candidatos independentes que mesclam variadas pautas as

²² Código chileno de 1981 que privatiza o controle e o uso da água. Portanto, a água pela lógica neoliberal chilena garantida como direito de propriedade ante aos direitos de bens essenciais.

agendas sociais. Os candidatos independentes ganham força após a convulsão social, ocupam importantes espaços na constituinte e nas eleições seguintes. Esses irrompem dos movimentos sociais que articularam os protestos, estão inseridos em setores que têm suas próprias pautas reivindicativas, mas, lutam por questões coletivas. Alterando a lógica dos partidos tradicionais centrados e verticais, os candidatos de listas independentes possuem uma articulação horizontal e diversa para atender essa pluralidade de pautas e desempenhar efetivamente a autorrepresentação, correspondendo a fragmentação de interesses internos à classe trabalhadora.

Por fim, compondo a lista dos agentes sociais por trás das mobilizações de 2019 há a participação dos povos originários, os mapuches são os povos excluídos, marginalizados e criminalizados na sociedade chilena, principalmente pelo Estado, mas, também pelas elites. A invisibilidade do movimento dos mapuches na sociedade chilena, fomentada pela ignorância do Estado quanto aos direitos destes, fora alterada quando o movimento radicalizado decide utilizar da violência política para obter atenção às suas demandas, e, com isso, o Estado chileno reage de maneira estrutural incitando o enfrentamento, opressão e criminalização. A participação do movimento dos mapuches na convulsão social foi de extrema importância histórica, evidentemente houveram partes do movimento que evitaram se posicionar nas ruas, isso se deve a internalização de tamanha exclusão que estes sofrem quanto a decisões políticas chilenas. No entanto, há uma grande parcela que, corajosamente, vai às ruas e reivindicam a luta pelo Estado plurinacional, este que possibilitaria uma inserção dos povos originários ao jogo político (Tinta Limón, 2021).

Contudo, no início dos protestos, a *Unidad Social* ao declarar as demandas do povo não estampou a exigência de um Estado plurinacional, tal falha fora alterada posteriormente devido a contestação de outros atores, mas, expressa a condição invisível dos mapuche para, principalmente, as organizações tradicionais. Os movimentos sociais, que tiveram enorme ascensão nas mobilizações e ganharam espaços nas eleições, contrariam essa condição estrutural de apagamento, muitos grupos pautam a luta desses povos como prioridade. A bandeira mapuche era vista em todos os cantos de todas as mobilizações, e protagonizou a imagem viral do *Estallido Social*, Susana Hidalgo registrou o momento em que um manifestante no topo da estátua do General Baquedano ergue a bandeira Mapuche, por trás dessa fotografia há significativa visibilidade nessa relação dos movimentos sociais para com os povos originários.

Finalmente, explanados os atores sociais por trás do *Estallido Social*, observa-se a predominância de movimentos transversais e inorgânicos nas mobilizações, somando isso às

constantes formações de assembleias em bairros das províncias chilenas, há a conexão de cidadãos que não participam de um movimento social específico mas que vivencia o mal-estar produzido pela estrutura capitalista neoliberal. Portanto, há a aproximação das classes médias chilenas nesses níveis de organização, estas foram incentivadas a externar as suas insatisfações com o sistema, expressar suas demandas e lutar contra o modelo que só tem funcionado para as elites. Os debates em assembleias locais, as mobilizações nas ruas fomentadas por greves gerais e o acúmulo de frustrações encaminha a população para essa união em busca de mudanças estruturais, que por fim se mostrou vitoriosa em função da convocação de uma Convenção Constitucional.

3.3 Desdobramentos e resultados das manifestações

Os desdobramentos das manifestações podem ser resumidos por alguns pela convocação do plebiscito a respeito de uma nova constituição, entretanto, para além disso representa também uma série de rupturas da população para com a doutrina neoliberal e com os modelos de organização. No entanto, tratando dos resultados institucionais, a respeito da votação ocorre o adiamento de seis meses devido a chegada da pandemia da Covid-19 ao país, portanto, foi votado em outubro de 2020 com alta participação da população colaborando para o perfil histórico, visto que, as votações são eletivas no país. Em entrevista para o Podcast “Café da Manhã”, Oliver Stuenkel, professor de Relações Internacionais da FGV (Fundação Getúlio Vargas), analisa como o fator pandemia evidencia a ineficiência do sistema de saúde chileno, visto que, as tentativas de aumentar o papel do Estado neste setor sempre foram desencorajadas constitucionalmente. Isso soma-se ao fato de não existir na Constituição de 1980 uma disposição sobre o direito à saúde, há apenas a classificação do poder de escolha do cidadão por um sistema de saúde público ou privado, sendo que, ambos os sistemas têm 50% de gastos financiados, no entanto, o sistema público atende 80% da população, afirma José Miguel Bernucci, secretário nacional da Faculdade de medicina do Chile, em entrevista à BBC.

Com o resultado de 78% o “aprovo”, parte da população favorável a uma nova Carta Constitucional, vence a eleição e define novos rumos ao país. Em decorrência desta há uma nova eleição que definirá os representantes da Convenção Constitucional, os resultados dessa eleição, assim como as eleições regionais e locais que foram realizadas na mesma data, são interessantes indicadores da chamada crise de representatividade em relação aos políticos tradicionais, pontua Leandro Gavião doutor em História Política, para o Podcast “O Assunto”.

Isto porque a lista de candidatos independentes, ou seja, que não são filiados a partidos políticos, somam o maior número das cadeiras na Convenção (31%), a coalizção de direita fracassa (23,9%) e não atinge o percentual para o poder de vetar em decisões, Piñera em discurso no Palácio de La Moneda associa o resultado dos partidos tradicionais a falta de sintonização para com as demandas populares. Com isso, o parecer para a centro-esquerda é semelhante, atingindo 16,1% na composição, por ser um partido tradicional, visto que, a esquerda radical teve números maiores (18,1%) que a coalizção tradicional. Sabe-se da maior identificação dos candidatos independentes para com a esquerda, as alianças entre estes são esperadas em decisões.

Além desses resultados, vale lembrar as consequências da perversidade estatal para com as manifestações, a repressão política executada pelo governo que ao decretar estado de emergência valeu-se de dispositivos institucionais para realizar detenções, reagir com violência policial e criminalizar as manifestações. O Estado chileno possui muitos mecanismos legais responsáveis pela criminalização de mobilizações populares, o que ocorreu a partir de outubro de 2019 vai além das 11,3 mil detenções, mas também 2,5 mil prisões preventivas que se estenderam por muitos meses. Esses presos caracterizaram discussões e maiores desavenças entre movimentos sociais, que prestam auxílio aos presos, e com o Estado que rejeitava considerar prisões políticas. Contudo, as prisões não foram as únicas sequelas da insurreição social, os *carabineros* dotados de crueldade são autores de intensas violências, como dezenas de mortes e centenas de ferimentos oculares, estes que fizeram parte da tática repressiva conhecida na Primavera Árabe.

Contudo, a organização da constituinte se dá em primeiro momento com alguns aspectos históricos, levando em conta que será a primeira Carta Constitucional escrita com a regra de paridade de gênero. Além disso, os 15 assentos para povos originários proporcionaram certa representatividade, e na votação que definiu quem presidiria o mecanismo elegem Elisa Loncón, mulher mapuche. Por fim, a Convenção Constitucional encontra-se em andamento, caso aprovada a Carta final que atenda as demandas dos manifestantes que foram às ruas é previsto um longo processo de mudanças na sociedade chilena, eventualmente a longo prazo. No entanto, é esperado que a carta magna consiga solucionar falhas da anterior, sendo capaz de operar mecanismos para combater as desigualdades estruturais, visto que, a Constituição neoliberal do governo Pinochet não atuava em prol de direitos coletivos básicos.

Em meio a esse cenário, com a constituinte sendo formulada, acontecem as eleições para a presidência que se mostraram polarizadas ao levar para o segundo turno o candidato de extrema direita José Antonio Kast e Gabriel Boric pela Frente Ampla. A vitória de Boric nessas

circunstâncias pode ser analisada pela sua capacidade de angariar votos do centro, com o apoio de políticos centristas o candidato se mostrou moderado e foi exitoso em relação à oposição. A figura de Gabriel Boric, já citada aqui como líder do movimento estudantil, compreende ainda a esquerda tradicional da coalizão, Boric fez parte da negociação para assinar o Acordo pela Paz e pela Nova Constituição que resultou em descontentamento com parte da esquerda principalmente dos movimentos sociais que estavam nas ruas. No entanto, como candidato este sempre reforçou suas prioridades pelas pautas reivindicadas nas mobilizações, acredita que o caminho parlamentar facilitará o processo para alcançá-las.

O novo presidente evidencia, não só em seus discursos, a importância da representatividade da população marginalizada, tanto que compõe a equipe de ministros atuantes em sua gestão com maioria feminina. Em entrevista para o Podcast “Fundação Astrojildo Pereira (FAP)”, Alberto Aggio, Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), ressalta o difícil início que o novo presidente tem lidado. Pesquisa feita pelo Cadem, empresa de investigação de mercado e opinião pública do Chile, demonstra que Boric possui após o primeiro mês de governo cerca de 50% de desaprovação. Esses números condizem com uma quebra de expectativa que foi criada em torno de um governante jovem, progressista e em um cenário posterior à revolta popular, entretanto que compreendeu um período pandêmico.

Além disso, há o difícil cenário do sul chileno que envolve os mapuches e as grandes empresas florestais, que compreende um conflito de anos acerca do território que é considerado sagrado para os povos originários. Recentemente o presidente chileno decreta estado de exceção, tal ação fora duramente recebida pela esquerda, a mesma foi executada por Piñera em setembro de 2021, visto que, compreende a ação das forças armadas que são conhecidas pelo caráter repressivo. Ademais, Gabriel Boric carrega o desafio de liderar em plena a formação da nova constituinte, em visita a Convenção o presidente afirma respeitar a autonomia do mecanismo, visto que, está marcado para setembro o plebiscito que irá designar ao povo a possibilidade de eleger a nova Carta Constitucional chilena.

Por fim, entende-se que os desdobramentos da irrupção social de 2019 compreende inúmeras expectativas de mudanças no país. Os resultados das eleições também apontam a fé da população em líderes progressistas que abraçaram a agenda social pautada nas ruas, o roteiro de Boric para com reformas tributária, da previdência e trabalhista, setores que têm precarizado a vida dos chilenos, fortaleceu a sua caminhada até a vitória eleitoral. Sabe-se que, o *Estallido Social* emerge de um cenário austero e agora o país, assim como boa parte do mundo, lida com consequências da crise sanitária da pandemia do COVID-19, resta observar os próximos desdobramentos na política chilena, visto que, a conjuntura é incerta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, os esforços do presente trabalho destinaram-se para a análise da estrutura e da conjuntura econômica e social chilena, assim como a sintetização de conceitos a respeito das classes sociais. Foram priorizadas as classes médias, que serviram de objeto para a pesquisa, em relação à incorporação aos movimentos contestatórios no *Estallido Social*. Através disso, delineada a estrutura capitalista chilena caracterizada pelo modelo neoliberal, e analisada a conjuntura de fim do superciclo das *commodities*, que atravessou a crise do *subprime* e condenou o país a adoção de medidas de austeridade fiscal, constatou-se algumas motivações que evidenciam o transbordamento dos mal-estares na sociedade do país andino.

Por certo, não há dúvidas que a contestação neoliberal ocupa um espaço há anos na sociedade, porém, a desmedida irrupção social chancela essa fratura, acarretada tanto pelas duras medidas austeras quanto pelo desgaste coletivo. Uma nova face das organizações sociais, estas que também circulam pela conjuntura chilena há alguns anos, são marcadas pelas lutas setoriais, contudo, possuem um caráter transversal, são dinâmicas e inorgânicas, mas também são resistentes e coletivas. A execução de assembleias populares conectam as mais variadas demandas às diversas classes sociais, o poder de aproximação que essa política tem com as classes médias produz nestas o brio para lutar ao lado dos movimentos sociais nas ruas chilenas, resultando na convulsão social.

Subitamente, a ascensão dos movimentos sociais que ganharam as ruas chilenas são vistos como parte das mobilizações anti-austeridade, que tiveram início a partir da crise capitalista de recessão. Existe no Chile, desde o período da redemocratização, a lógica de representatividade entre partidos de centro-esquerda e centro-direita em alternância no poder, o *Estallido Social* evidencia a insatisfação da população para com esse sistema político tradicional. Como exemplo, a predominância de novas organizações sociais e o panorama dos movimentos sindicais como figurantes nas mobilizações, demonstram uma possível renovação da vontade do povo de perseguir novos meios de retratação. Baseado nesse raciocínio, a eleição de Gabriel Boric, que surge de movimentos estudantis, e os níveis de desaprovação que este atinge no início de seu mandato pode reforçar um indício dessa crise, visto que Boric assume uma posição moderada para com o centro, o que não demonstra uma renovação política. No entanto, é cedo para tirar tais conclusões, isto é, em uma conjuntura de crise pandêmica somada a elaboração da nova constituinte há inúmeros fatores que podem influenciar na desaprovação.

Por fim, a partir das características observadas nas mobilizações dos movimentos sociais, notamos que as formas de organizações facilitaram a integração das classes médias nos protestos contestatórios. Bem como, a estrutura e a conjuntura que envolvia a sociedade chilena conduziram a população ao ápice dos mal-estares, o caráter transversal desses coletivos viabilizou lutas que englobam parte das classes médias insatisfeitas com a precariedade no país. Portanto, os espaços que esses organismos criam e ocupam para agrupar os cidadãos têm significado novas formas de reconstrução política, esta que desvia das noções tradicionais, que pouco satisfazem os chilenos, e salienta a capacidade de articular o poder popular.

Referências Bibliográficas

- 9º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2017, Montevideu. **Nacional, democrático e social** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. Tema: Economia Política. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3060>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/cyGXZTVmpD7MJPsDf38MVNx/>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ALVES, Júlia; VIEIRA, Raissa. **Criminalização dos Movimentos Sociais e o Papel das Polícias na Manutenção da Ordem no Brasil, Argentina e Chile**. 2021. Artigo (Graduação em Relações Internacionais) - UFF - Universidade Federal Fluminense, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2687/2473>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- AMARAL, Ana. **A INFLUÊNCIA DO SUPERCICLO DAS COMMODITIES DOS ANOS 2000 SOBRE A ECONOMIA CHILENA**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22045>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BALAKRISHNAN , Ravi; TOSCANI, Frederic. Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina. IMF - International Monetary Fund, [S. l.], p. -, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/06/20/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america#:~:text=Com%20o%20fim%20do%20boom,importantes%2C%20como%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 4 maio 2022.
- BALAKRISHNAN , Ravi *et al.* O que vem depois do superciclo das commodities e da pandemia? Políticas para enfrentar a pobreza e a desigualdade na América Latina. IMF - International Monetary Fund, [S. l.], p. -, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2021/04/27/blog-what-comes-after-the-commodity-super-cycle-and-the-pandemic>. Acesso em: 4 maio 2022.
- BÁRCENA, Alicia. Chegou a hora da igualdade na América Latina e no Caribe: Com urgência e sem atraso. **CEPAL**, [S. l.], p. -, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2019-chegou-hora-igualdade-america-latina-caribe-urgencia-sem-atraso>. Acesso em: 27 maio 2022.
- BARRETO, Marcelo. A reforma previdenciária que encolheu pensões no Chile. Extra Classe, [S. l.], p. -, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2019/03/a-reforma-previdenciaria-que-encolheu-pensoes-e-esperancas-no-chile/>. Acesso em: 9 maio 2022.
- BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. [S. l.]: Autonomia Literária, 2017.
- BOITO JR., Armando. **Estado Política e Classes Sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.
- BOITO JR, Armando. Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil. **Ideias**, [s. l.], 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_9-1.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022.

BORIC garante autonomia de Convenção Constituinte no Chile. [S. l.]: AFP, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9-wFRgdkA_Q. Acesso em: 19 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. As três interpretações da dependência. **Revista de Ciências Sociais - UNESP**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099>. Acesso em: 9 mar. 2022.

Café da Manhã. Chile não quer mais Constituição de Pinochet. Entrevistado: Oliver Stuenkel. Entrevistadores: Maurício Meireles; Magê Flores. [S. l.]: Folha de S.Paulo. 26 out. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/19VXtbmBwfb9Jsk6ZFWx44?si=8c685fd6a11d463f>.

CAPUTO, Orlando; GALARCE, Graciela. La Nacionalización del Cobre por Salvador Allende y la Desnacionalización del Cobre en Dictadura y en Gobiernos de la Concertación. **Archivo Chile**, [s. l.], 2008. Disponível em: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/caputoo/caputolo0065.pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

CARMO, Marcia. ‘O Chile acordou’: autora da foto viral que marcou protestos conta o que sentiu ao capturar imagem. BBC News, [S. l.], p. -, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em: 13 maio 2022.

CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Unicamp, [S. l.], 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/874608?guid=1651163496126&returnUrl=%2ffresultado%2fflistar%3fguid%3d1651163496126%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d874608%23874608&i=14>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CHILE | Sindicatos convocam greve geral contra neoliberalismo de Piñera. Brasil de Fato, [S. l.], p. -, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/22/chile-or-sindicatos-convocam-greve-geral-contra-neoliberalismo-de-pinera>. Acesso em: 29 set. 2021.

CHILE em chamas: a revolta antineoliberal. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021. 384 p. ISBN 978-65-87235-57-8.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. A América Latina: Ciclo de commodities e crise do capitalismo global. Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations, v. 8, n. 15, p. 168-194, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/200360>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. [S. l.]: Boitempo, 2016. ISBN 9788575594841.

ESTANQUE, Elísio. Movimentos Sociais: A Nova Rebelião da Classe Média. **Revista do SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior**, [s. l.], p. 1 - 20, 2012. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_SNESup_Movimentos%20sociais_rebeliao%20da%20classe%20m%E9dia_EE.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

FAGNANI, Eduardo; CARVALHO JR., Pedro. **Justiça Fiscal é possível na América Latina?**. 1. ed. São Paulo: PSI, 2019. ISBN 978-65-80986-00-2. Disponível em: <https://pop->

umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/80fa358c-694a-458a-978c-e81bb70d7248_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_Fiscal_America_Latina_PORT_Sem_Anexo_Internet.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

FERNANDES, Luan. A explosão social chilena e os debates em torno da Constituição. *Le Monde Diplomatique*, [S. l.], p. -, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-explosao-social-chilena-e-os-debates-em-torno-da-constituicao/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el Neoliberalismo y el Crecimiento con Equidad. **Revista de Economía Política**, [s. l.], 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/H8RQPdNmgS5vJSWmC6Xxbct/?lang=es>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FUENTE, Francisco. A dura realidade da saúde pública no Chile: ‘Se você não tem dinheiro, morre’. *BBC News*, [S. l.], p. -, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50494429>. Acesso em: 14 maio 2022.

FUGULIN, Paulo. **INTERVENÇÃO ESTATAL NA RESOLUÇÃO DA CRISE BANCÁRIA CHILENA DOS ANOS 1980**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - PUC- SP, [S. l.], 2006. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9271/1/Dissertacao_Paulo_Fugulin_11072006.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

Fundação Astrojildo Pereira (Rádio FAP). Chile: O início do governo de Gabriel Boric. Entrevistado: Alberto Aggio. Entrevistador: João Rodrigues. [S. l.]: Fundação Astrojildo Pereira. 22 abr. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Dqz8xfTSfNtEpGXsB359A?si=99109e422c874480>.

GARRETÓN, Manuel. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. *Lua Nova*, [s. l.], 1989. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/rStCX4Sn4RHcdqCNhPqn7bL/?lang=pt#>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: <https://idoc.pub/download/finanas-publicas-teoria-e-pratica-no-brasil-fabio-giambiagi-ana-claudia-alem-klzzyokpqelg>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GONZÁLEZ, Enric. A revolução dos jovens do Chile contra o modelo social herdado de Pinochet. *El País*, [S. l.], p. -, 24 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/23/internacional/1574543096_923129.html. Acesso em: 16 maio 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. [S. l.]: Edições Loyola, 2005. ISBN 978-85-15-03536-6. Disponível em: <http://www.mediafire.com/file/nzy9nbnle076mf0/HARVEY%252C+David.+O+neoliberalismo+-+Hist%25C3%25B3ria+e+implica%25C3%25A7%25C3%25B5es.pdf/file>. Acesso em: 8 fev. 2022.

HITCHENS, Christopher. **O Julgamento de Kissinger**. [S. l.]: Boitempo, 2001.

IÑIGUEZ, Alfredo. Estado e Tributos na América Latina: Avanços e Agendas Pendentes. **Nueva Sociedad**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estado-e-tributos-na-america-latina/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

KACEF, Osvaldo. América Latina del auge a la crisis: desafíos de política macroeconómica / Osvaldo Kacef, Rafael M. López-Monti. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL IPEA, 21). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9703

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**: A ascensão do capitalismo de desastre. [S. l.: s. n.], 2007. ISBN 978-85-209-2071-8.

La Rebelión Pingüina (Original). Direção: Carlos Pronzato. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HpqD5B257zo&t=760s>. Acesso em: 10 maio 2022.

MELLER, Patricio. El Cobre Chileno y la Política Minera. **Serie de Estudios Socio/Económicos**, [s. l.], 2003. Disponível em: <http://www.arquitecturadelatransferencias.net/images/cobre/El-cobre-chileno-y-la-politica-minera.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MELLO, Michele. Convenção Constitucional do Chile completa um mês com debates sensíveis e oposição: Nova Carta Magna. Brasil de Fato, 4 ago. 2021. Internacional, p. -. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/04/convencao-constitucional-do-chile-completa-um-mes-com-debates-sensiveis-e-oposicao>. Acesso em: 9 maio 2022.

MEMÓRIA e Contexto: História dos Sindicatos. YouTube: Rede TVT, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TBtvGHxtjrI&ab_channel=RedeTVT. Acesso em: 18 abr. 2022.

MOGUILLANSKY, Graciela. Chile: las inversiones en el sector minero, 1980-2000. **División de Desarrollo Económico CEPAL**, [s. l.], 1998. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/7433-chile-inversiones-sector-minero-1980-2000>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOURA, Rafael. A desaceleração chinesa e o “Novo Normal”: Implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico. **Desenvolvimento em Debate**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31903>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MUNHOZ, Fabíola *et al.* Direitos de crianças e adolescentes na América Latina e no Caribe. *Le Monde Diplomatique*, [s. l.], 10 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/direitos-de-criancas-e-adolescentes-na-america-latina-e-no-caribe>.

MUSSA, Luciano; CARVALHO, Carlos. O Desempenho Exportador do Chile: um Debate em Andamento. **Cadernos PROLAM/USP**, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/download/82296/85269/113464>. Acesso em: 4 mar. 2022.

O Assunto. Chile: A esquerda no poder. Entrevistado: Oliver Stuenkel. Entrevistadora: Renata Lo Prete. [S. l.]: G1. 20 dez. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3TNMdqCNVreSdhuFJoMTw6?si=a0a70a7206a64f7c>.

O Assunto. Chile rumo à nova Constituição. Entrevistado: Leandro Gavião. Entrevistadora: Renata Lo Prete. [S. l.]: G1. 18 mai. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3FAe8dkIp6j5BoSMex31ua?si=a4d35bb62d7949e3>.

PEDEMONTTE, Nicolás. Wallmapu: una zona de sacrificio entre pólvora y maletines negros. El Mostrador, Santiago (Chile), p. -, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/destacado/2021/07/14/wallmapu-una-zona-de-sacrificio-entre-polvora-y-maletines-negros/>. Acesso em: 11 maio 2022.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. **Revista Aurora**, [s. l.], p. 109 - 114, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/PINHEIRO.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. 2. ed. [S. l.]: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. 1. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRESIDENTE Piñera anuncia Agenda Social con mayores pensiones, aumento del ingreso mínimo, freno al costo de la electricidad, beneficios en salud, nuevos impuestos para altas rentas y defensoría para víctimas de delitos. Prensa Presidencia, [S. l.], p. -, 23 out. 2019. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=123766>. Acesso em: 10 maio 2022.

PRESIDENTE Piñera se refiere a elecciones de Convencionales Constituyentes, Gobernadores, Alcaldes y Concejales. Prensa Presidencia, [S. l.], p. -, 16 maio 2021. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=175028>. Acesso em: 16 maio 2022.

RAMEY, Garey; RAMEY, Valerie. Cross-Country Evidence On the Link Between Volatility and Growth. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, 1994. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w4959/w4959.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

RAMOS, Raphaela. Pelo que protestam as mulheres chilenas? Elas explicam. O Globo, [S. l.], p. -, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/pelo-que-protestam-as-mulheres-chilenas-elas-explicam-1-24304010>. Acesso em: 12 maio 2022.

RESENDE, Marcos. As políticas econômicas das ditaduras do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982) sob um ângulo comparativo. **Revista de Economia UFPR**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/72257#:~:text=Os%20resultados%20indicam%20que%20apesar,e%20maior%20pragmatismo%20na%20Argentina>. Acesso em: 3 mar. 2022.

RÍOS-NÚÑEZ, Sandra. Reestructuración del sector agrario en Chile 1975-2010: entre el proteccionismo del Estado y el modelo económico neoliberal. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/x9Yv4nkM9jbpd4Tfs3zJVbr/?lang=es>. Acesso em: 8 mar. 2022.

RODEADO por militares, Piñera estende estado de emergência e diz que país está em ‘guerra’. O Globo e El Mercurio, [S. l.], p. -, 20 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/rodeado-por-militares-pinera-estende-estado-de-emergencia-diz-que-pais-esta-em-guerra-24030532>. Acesso em: 12 maio 2022.

ROSSI, André. Independentes e paridade de gênero colocam constituinte chilena na vanguarda. Rede Brasil Atual, [S. l.], p. -, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/05/eleicoes-chile-esquerda-inovadora/>. Acesso em: 16 maio 2022.

SAES, Décio. Classe Média e Escola Capitalista. **Crítica Marxista**, [s. l.], p. 97 - 112, 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1R4gCTZ2QsahzFfApBBtUJD5fIyEhcrAf/view>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SALVADOR Allende’s Historic Inauguration 50 Years Later Declassified White House Records Show How Nixon-Kissinger Set Strategy of Destabilization—And Why. **National Security Archive**, [S. l.], p. -, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2020-11-06/allende-inauguration-50th-anniversary>. Acesso em: 1 jun. 2022

SANTOS, Bruno. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. **Revista do BNDES**, [s. l.], 2015. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/6242/2/RB%2043%20O%20ciclo%20econ%C3%B4mico%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina_P%20.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 168-198, 2013. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/345/194>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SOLIMANO, Andres; CALDERÓN GUAJARDO, Diego (2017) : The copper sector, fiscal rules, and stabilization funds in Chile: Scope and limits, WIDER Working Paper, No. 2017/53, ISBN 978-92-9256-277-9, The United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Helsinki, <http://dx.doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2017/277-9>.

TANSCHKEIT, Talita. Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. Jacobin Brasil, [S. l.], p. -, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/das-ruas-a-constituente-a-reinvencao-da-acao-coletiva-no-chile/>. Acesso em: 9 maio 2022.

TAVARES, Elaine. A questão chilena/mapuche. IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos, [S. l.], p. -, 19 maio 2022. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/questao-chilena/mapuche>. Acesso em: 20 maio 2022.

TAVARES, Francisco. DO SOCIALISMO AO NEOLIBERALISMO: O CHILE DOS ANOS 1970. **Vitrine da Conjuntura**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

TITELMAN, Noam. A Nova Esquerda Chilena. **Nueva Sociedad**, [s. l.], 2019. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/8.TC_Titelman_EP19.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

TORRES, Pablo. Um terremoto político sacode o Chile. *Esquerda Diário*, [S. l.], p. -, 30 maio 2021. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Um-terremoto-politico-sacode-o-Chile>. Acesso em: 13 maio 2022.

VALDÉS, Juan. *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile*. [S. l.: s. n.], 1995. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-oJq_Rpcs_AC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 9 mar. 2022.

VERGARA, Pilar. Rupturas e continuidades na política social Chilena. *Lua Nova*, [S. l.], p. 37-67, 30 abr. 1994. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/m9WRVrNjXJ5VP8pyprnKtvn/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2022.

VILÃO, Nuno Miguel de Matos Biscaia (2021). “O boom das commodities no Brasil e no Chile à luz da teoria do crescimento endógeno: uma oportunidade perdida?”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.